

# MOÇAMBIQUE

## INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

### MOÇAMBICANA

Millennium bcp



#### INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

LISBOA  
3 E 4 DE JUNHO  
2014



## **ÍNDICE**

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. ENQUADRAMENTO DO PAÍS**

- 2.1. Situação Económica
- 2.2. Recursos
  - 2.2.1. Recursos naturais
  - 2.2.2. Recursos humanos
- 2.3. Setores do comércio, turismo e serviços
  - 2.3.1. Comércio
  - 2.3.2. Turismo
  - 2.3.3. Serviços
- 2.4. Comércio internacional
- 2.5. Investimento direto estrangeiro
- 2.6. Relações internacionais e regionais

### **3. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

- 3.1. Programas de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo
- 3.2. Projetos Estruturantes em Curso ou Planeados
  - 3.2.1. Megaprojetos
  - 3.2.2. Oportunidades de negócio
    - 3.2.2.1. Agricultura
    - 3.2.2.2. Indústria
    - 3.2.2.3. Infraestruturas
- 3.3. Infraestruturas
  - 3.3.1. Sistemas de transporte
  - 3.3.2. Energia
  - 3.3.3. Telecomunicações
- 3.4. Desenvolvimento das importações e das exportações
- 3.5. Recursos humanos, técnicos e científicos
  - 3.5.1. População e recursos humanos
  - 3.5.2. Recursos técnicos e científicos

### **4. ESFORÇOS EM CURSO PARA REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PAÍS**

- 4.1. Condição Legais para a Internacionalização
- 4.2. Investimento
- 4.3. Comércio e Serviços
  - 4.3.1. Comércio
  - 4.3.2. Serviços
- 4.4. Turismo

### **5. RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL**

- 5.1. Relações Comerciais e de Investimento
  - 5.1.1. Comércio



**MOÇAMBIQUE**

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Page 3 of 80

5.1.2. Investimento

5.1.3. Turismo

5.2. Acordos bilaterais de cooperação

5.3. Projetos relevantes em curso e projetados

## **6. COMO REFORÇAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PAÍS E A COOPERAÇÃO DE E COM PORTUGAL**

6.1. Sistema financeiro

6.2. Responsabilidade social das empresas portuguesas presentes em Moçambique



## 1. Introdução

Moçambique suscita um enorme entusiasmo a quem sobre ele se debruce. É um país que ainda tem pouco mas vai ter muito. É um país que encerra em si um enorme potencial de melhoria económica e social, alicerçado em riquezas naturais ímpares e numa posição geoestratégica privilegiada no Sudeste Africano de promontório para o Índico. Mas, sobretudo, é um país dotado de um povo determinado a lutar por um futuro mais próspero e justo, contando para isso com uma vasta rede de Estados e instituições amigas, apostadas em trilhar com Moçambique o caminho do sucesso.

Esse caminho já está a ser percorrido. Com efeito, desde o fim da guerra civil, em 1992, a economia moçambicana tem vindo a crescer a uma taxa média de cerca de 8%, dinamismo que ultrapassa confortavelmente o que se verificou no conjunto das economias subsarianas no mesmo período. Partindo de uma base reduzida, é certo, a atividade produtiva em Moçambique beneficiou de um conjunto de reformas arrojadas e de uma estabilidade institucional que estabeleceram os incentivos corretos para uma exploração efetiva dos seus recursos económicos, em paralelo com um esforço muito meritório de combate à pobreza e de qualificação dos recursos humanos. Tudo isto demora tempo a surtir resultados plenos, mas os avanços nestas e noutras matérias são já notórios e tenderão a ganhar visibilidade à medida que Moçambique for cumprindo as várias etapas de desenvolvimento com que se for deparando.

Para esta fase de arranque, Moçambique conta com o enorme potencial que oferece o manancial de recursos minerais depositado no seu território – terrestre e marítimo. As generosas jazidas de carvão e de gás natural são veículos poderosos de crescimento económico no futuro mais próximo, bastando para tanto que se desenvolvam as infraestruturas críticas para as atividades de extração e, posterior, expedição para os mercados externos. Nesse sentido, o desafio mais imediato que Moçambique enfrenta consiste na criação de infraestruturas, como redes de transportes marítimo, ferroviário e rodoviário, cuja concretização depende de um esforço financeiro que o Estado moçambicano não está ainda capacitado para fazer. Daí a importância das parcerias, com governos de outros países, com instituições financeiras supranacionais e com empresas privadas do setor das matérias-primas, na realização dos chamados megaprojetos, que mais não são que empreendimentos destinados a explorar os depósitos de carvão e gás natural, o potencial de geração de energia hidroelétrica, entre outras atividades. A este propósito importa referir o esforço envidado pelo governo moçambicano em garantir que os megaprojetos constituam plataformas de desenvolvimento empresarial, tecnológico e humano nacional, através da incorporação de capital e recursos humanos moçambicanos, estratégia que se afigura imprescindível para a sustentação do processo de crescimento económico e social.

Não obstante a importância inegável do setor dos recursos minerais, é do setor agrícola, ou melhor do sucesso da implementação de uma “revolução verde”, que mais depende a melhoria das condições de vida para a maioria da população moçambicana, a qual ainda depende significativamente da agricultura. A melhoria da produtividade e a criação de infraestruturas que mitiguem os efeitos desastrosos dos caprichos climáticos (alternância entre cheias e secas) que frequentemente assolam o território de Moçambique permitirão, não só reduzir a volatilidade dos volumes de produção agrícola e, assim, reduzir a incidência de malnutrição, como também, libertar força de trabalho para setores de maior valor acrescentado, nomeadamente na indústria transformadora e nos serviços, os quais ainda apresentam níveis de maturação muito incipientes, mas cuja expansão continuada assume importância fulcral na consolidação do modelo de crescimento económico.



Nenhum país singra, no mundo de hoje, sem elevados níveis de capital humano, pelo que a educação e a saúde, sempre enquadrados nas estratégias de combate à pobreza, assumem-se desafios prioritários, a que o governo tem correspondido com um esforço financeiro, legal e organizacional notório, mas que não pode ser descontinuado. Acresce a este esforço a universalização de acesso a pontos de água potável e a energia elétrica. De tudo isso depende a estabilidade política, a sustentabilidade da trajetória de desenvolvimento, enfim, a consumação de um processo de construção de prosperidade económica e social que tem todos os argumentos para ser bem-sucedido.

Moçambique é ainda um país pobre. Para transformar de forma definitiva esta realidade não chega potencial económico. É necessário um esforço conjunto das autoridades, da sociedade civil e dos atores políticos, que consiga promover um processo de criação de riqueza que seja sustentado e, não menos importante, inclusivo. Não será simples, mas também está longe de ser impossível construir um futuro risonho, tão risonho quanto a expressão com que infalivelmente nos brinda cada moçambicano.

## 2. Enquadramento do País

### 2.1. Situação Económica

Nos últimos 10 anos a economia moçambicana tem registado taxas de crescimento robustas, entre 6% e 8%, consistentemente acima da média dos países subsarianos. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) o dinamismo da atividade em Moçambique deverá continuar a superar o das principais economias africanas, nomeadamente as que pertencem à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), na qual Moçambique está incluído.

#### Evolução dos principais indicadores macroeconómicos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*	2014*
PIB (mil milhões USD)	5,7	6,6	7,2	8,1	9,9	10,0	9,5	12,5	14,3	15,3	17,4
Taxa de crescimento real (%)	7,9	8,4	8,7	7,3	6,8	6,3	7,1	7,3	7,2	7,2	8,3
Taxa de inflação média (%)	12,6	6,4	13,2	8,2	10,3	3,3	12,7	10,4	2,1	4,2	5,6
Défice público (em % do PIB)	-4,4	-2,8	-4,1	-3,0	-2,5	-5,5	-4,3	-5,0	-4,0	-4,6	-12,4
Dívida pública (em % do PIB)	70,7	81,0	53,6	41,9	42,1	45,6	45,8	39,6	41,9	43,3	47,0
Saldo da Balança de T. Correntes (em % do PIB)	-11,6	-17,2	-8,6	-10,9	-12,9	-12,2	-11,7	-24,3	-45,6*	-41,9	-42,8

Fonte : FMI WEO Database (abril de 2014)

\*Estimativa

**Taxas de crescimento esperadas (%)**

	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Moçambique</b>	<b>7,2</b>	<b>8,3</b>	<b>7,9</b>	<b>7,7</b>
Costa do Marfim	8,0	8,2	7,7	7,7
Etiópia	9,7	7,5	7,5	7,0
Tanzânia*	7,0	7,2	7,0	7,1
Nigéria	6,3	7,1	7,0	6,9
Angola*	4,1	5,3	5,5	5,9
Gana	5,5	4,8	5,4	8,1
República Democrática do Congo*	8,5	8,7	8,5	7,9
Quénia	5,6	6,3	6,3	6,4
Uganda	6,0	6,4	6,8	7,1
Gabão	5,9	5,7	6,3	6,8
Camarões	4,6	4,8	5,1	5,2
Lesoto*	5,8	5,6	5,5	5,1
Namíbia*	4,3	4,3	4,5	4,6
Senegal	4,0	4,6	4,8	5,1
Botswana*	3,9	4,1	4,4	4,1
África do Sul*	1,9	2,3	2,7	3,2

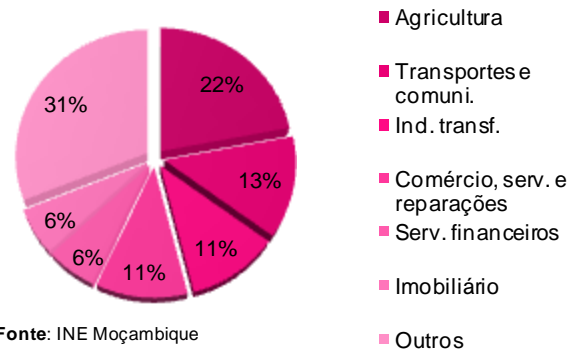
Fonte : FMI WEO Database (abril de 2014)

\*Países pertencentes à SADC

Apesar da indústria extrativa não ter um peso significativo na estrutura sectorial do PIB, o seu forte crescimento associado à exploração dos recursos naturais, em especial dos combustíveis minerais, entre os quais o carvão, tem contribuído de forma decisiva para o desempenho da economia moçambicana. Também a agricultura, que representa 22% do PIB, tem tido um papel muito relevante na expansão da economia moçambicana, ao registar taxas de crescimento robustas, apesar deste setor de atividade se encontrar inerentemente vulnerável à volatilidade das condições climáticas. A expansão da indústria extrativa tem-se repercutido positivamente no desenvolvimento dos demais setores de atividade, tais como a indústria transformadora e os transportes, que representam cerca de 11% e 13% do PIB, respetivamente.



### Repartição do PIB por setor de atividade 4T 2013

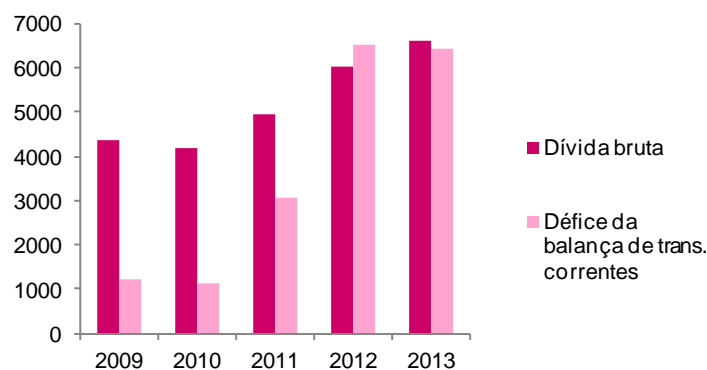


Fonte: INE Moçambique

A exploração de recursos naturais em especial no que respeita a combustíveis minerais, como o carvão e o gás natural, tem motivado entradas de capital estrangeiro para os chamados megaprojetos (ver capítulo 3, secção 2) o que segundo a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) elevou Moçambique para o 41º lugar no “ranking” mundial como recetor de investimento direto estrangeiro (IDE) em 2012, o que compara com o 118º lugar ocupado em 2008.

Contudo, o esforço exigido pelos planos de investimento em infraestruturas tem-se refletido no agravamento do défice comercial, devido ao aumento das importações de bens de investimento. Acessoriamente, este fenómeno repercute-se no aumento da dívida pública que o FMI estima em quase 50% do PIB para 2014. Segundo os dados do Banco de Moçambique, em 2012, mais de 30% das importações estavam associadas aos megaprojetos que envolvem um aumento da procura por maquinaria e por combustíveis minerais transformados. No que respeita às exportações, mais de 60% são provenientes dos megaprojetos, como por exemplo, a fundição de alumínio da Mozal em Maputo, sendo que os contributos deste metal e dos combustíveis minerais são responsáveis por quase metade das exportações.

### Evolução da dívida pública vs défice da BTC (mil milhões Usd)

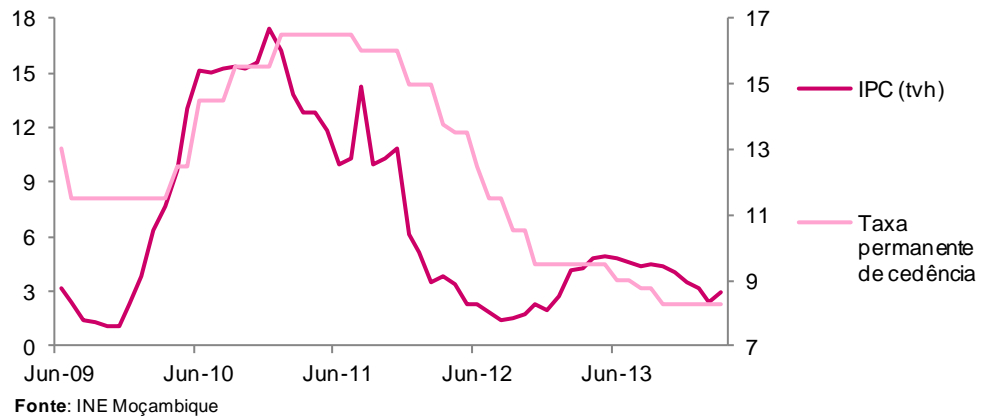


Fonte: FMI WEO Database abril 14 e Bloomberg



A trajetória descendente da inflação, em linha com os objetivos do governo, tem permitido ao Banco de Moçambique manter uma política monetária acomodaticia desde 2011, o que se traduziu na descida gradual da principal taxa de referência até aos atuais 8,25%, com vista a estimular o crédito à economia. Para a subida controlada dos preços tem contribuído a queda do custo dos bens energéticos nos mercados internacionais, assim como os da alimentação. A apreciação do metical face ao rande sul-africano, sendo a África do Sul um dos principais parceiros comerciais de Moçambique, é outro fator que tem concorrido para manter a inflação importada controlada. Em março de 2014, o índice de preços no consumidor acelerou de 2,4% para 3,0%, em termos homólogos, ainda assim bastante abaixo do objetivo de 5,6% definido pelo governo para 2014, no Plano Económico e Social.

### Índice de preços no consumidor (tvh)

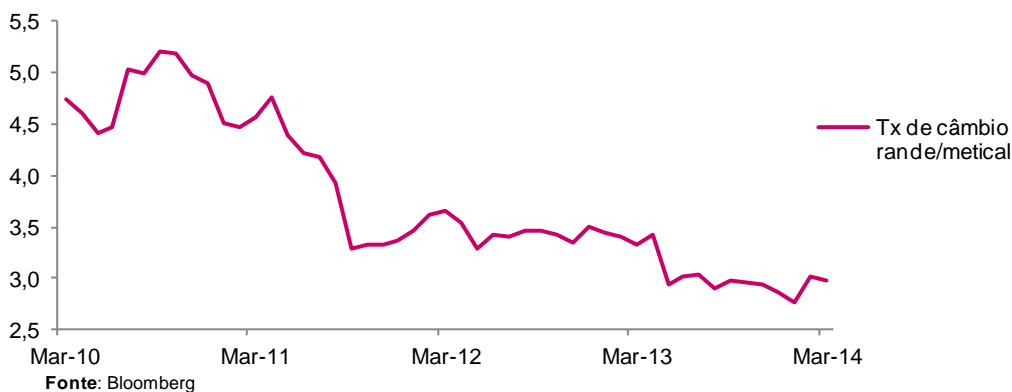


No entanto, fatores como: (i) calamidades naturais (cheias e secas) que frequentemente afetam o país e que destroem infraestruturas urbanas e rurais; e (ii) a realização das eleições presidenciais em outubro poderão contribuir para acelerar a taxa de inflação.





### Evolução do metical face ao rande sul-africano



Apesar da suavização da política monetária por parte do Banco de Moçambique, a evolução das taxas de juro aplicadas pelos bancos nas suas operações de crédito não têm vindo a acompanhar a tendência de queda da taxa de referência do banco central. As taxas de empréstimos praticadas pelos bancos comerciais ainda continuam muito acima da taxa de referência do banco central, situando-se em torno de 15% para os melhores riscos empresariais e até 20% no crédito ao consumo.

Apesar da ineficiência na transmissão da política monetária, o crédito à economia tem vindo a acelerar. Em 2012, o endividamento do setor privado junto do setor financeiro nacional aumentou em mais de 19 mil milhões de meticais, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 21% face ao ano anterior. Em termos setoriais, a indústria extrativa foi a que mais cresceu em termos de financiamentos, tendo aumentado 448 milhões de meticais (51%), seguida do setor da construção (33,7%), transportes e comunicações (13,7%) e agricultura (0,6%), enquanto a indústria transformadora registou uma queda em 7,9%. No mesmo ano, o crédito a particulares cresceu 18%. No financiamento interno total, o peso de setor de comércio reduziu-se para 16,7% (21,3% em 2011), enquanto o crédito a particulares aumentou para 27% (25% em 2011).

## 2.2. Recursos

### 2.2.1. Recursos naturais

Moçambique é um país extenso (com cerca de 800 mil km<sup>2</sup>), com uma população em torno dos 25 milhões, a maioria a viver em áreas rurais, com a maior concentração ao redor de Maputo (1,1 milhões de habitantes). O país apresenta diferenças importantes na distribuição de riqueza, sendo, por ora, o Sul mais rico do que a região situada a norte do rio Zambeze. A topografia no Norte é montanhosa, com orografia acentuada, e planaltos baixos, enquanto o Sul é caracterizado por planícies. No Norte, a população está mais dispersa, enquanto no Sul é distribuída em torno dos centros urbanos. O Norte depende da mineração e das culturas agrícolas de exportação e o Sul depende mais da indústria, sendo que a agricultura continua a ser a atividade base para a maioria da população moçambicana em toda a extensão do território.



### As 11 províncias de Moçambique



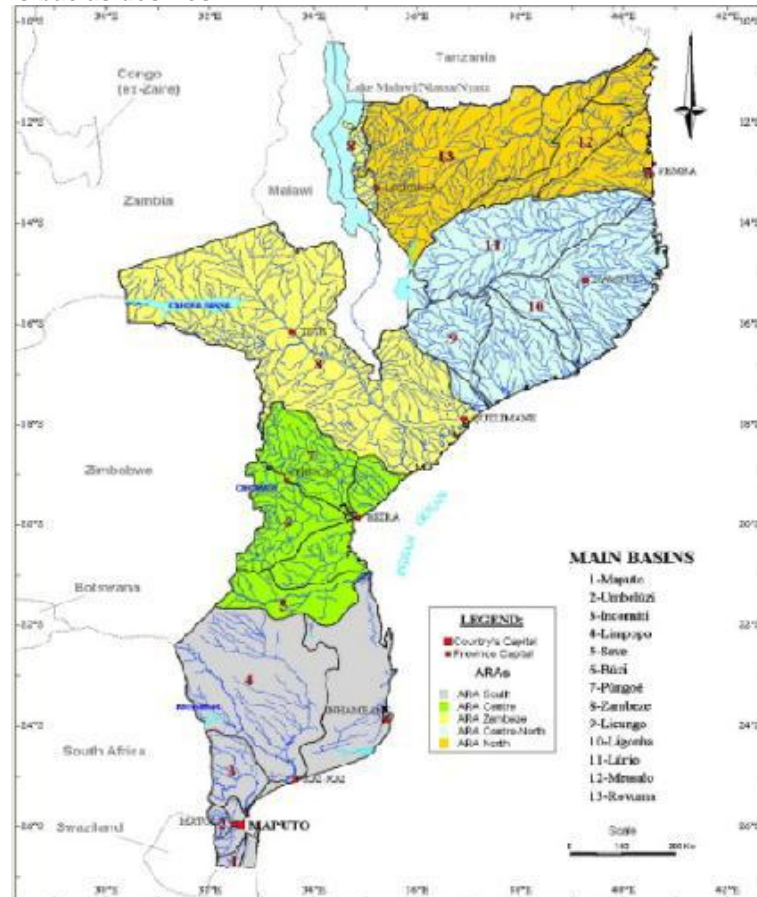
O clima de Moçambique varia de subtropical no Sul a tropical no Centro e Norte. A maioria do país recebe anualmente um valor superior a 400 mm de precipitação, sendo que as estações chuvosas decorrem de outubro a abril. Nas zonas costeiras, a pluviosidade pode atingir patamares de 900 mm por ano. O Norte é mais húmido, exceto na região do Alto Zambeze, em Tete, que é mais seco e quente. Moçambique tem 14 regiões ecológicas, sendo que existem sete de maior importância: a Corrente das Agulhas, a Costa Leste Africana, os Lagos do Vale do Rift, os Manguais do Leste Africano, as Florestas do Vale do Sul do Rift, o Miombo Leste e Central e o Cerrado das Várzeas do Zambeze.

O país é rico em recursos naturais. As bacias do Zambeze e do rio Limpopo conferem a Moçambique um excelente potencial de uso da água, o qual, atualmente, se encontra com índices de exploração aquém do que seria possível e desejável. Contudo, o facto de Moçambique possuir inúmeras bacias hidrográficas (39 grandes rios desaguam no Oceano Índico ao longo do país, formando 11 grandes bacias hidrográficas) implica que está sujeito a alterações extremas das condições climáticas (secas e inundações), que são recorrentes no país, para além de estar vulnerável ao uso internacional dos rios a montante (sete das principais bacias hidrográficas têm origem fora do país). Por outro lado, o potencial de irrigação é enorme e de importância crucial para o aproveitamento das potencialidades agrícolas únicas, com efeitos sociais extremamente benéficos, uma vez que o setor emprega a maioria da população ativa. Apesar da rede relativamente importante de bacias hidrográficas que banham o país, a disponibilidade de água potável é escassa e é uma grande e importante causa da pobreza. Apenas 8,7% da população tinha acesso a água canalizada em 2008, e 16,7% a pontos de água, sendo que a maior parte da água potável era proveniente de poços e furos. Segundo dados do Banco Mundial, em



2011, 33,2% da população rural tinha acesso a água potável, o que constitui uma clara melhoria face a 2008, mas que ainda assim denota insuficiências importantes neste domínio.

### As bacias dos rios



Fonte: Quadro de Gestão Ambiental e Social (2012), Ministério da Mulher e da Ação Social

Atualmente, grande parte da infraestrutura de irrigação é de natureza familiar, o que limita a eficácia e a capacidade de captação de efeitos de escala e sinergias próprias deste tipo de infraestrutura. Dada a importância económica e social do setor agrícola, é fundamental desenvolver o potencial de irrigação, por forma, não só a viabilizar grandes explorações de monocultura de vocação exportadora, mas sobretudo, a garantir um fornecimento permanente e controlado de irrigação ao nível das comunidades locais.

A maioria do povo moçambicano ainda depende da lenha como fonte de energia para as atividades domésticas, como a confeção de alimentos e o aquecimento, o que vai exercendo uma forte pressão sobre as áreas florestais, que representam ainda 24,6% da área total de terra (as florestas ocupam cerca de 19 milhões de hectares). A propriedade da terra pertence ao Estado, o que torna os esforços de conservação difíceis, por ausência de incentivos privados. A concorrência por espaço tem levado, em várias instâncias, as populações a erradicar ou a expulsar a fauna bravia autóctone de certos territórios. O governo criou reservas de fauna bravia, que representam uma parte relativamente pequena do território (15%), mas que são dotadas de uma biodiversidade de potencial turístico



relevante. Os locais mais importantes em termos de biodiversidade incluem a Serra da Gorongosa, o Arquipélago das Quirimbas e o Maciço de Chimanimani.

A Costa de Moçambique estende-se por 2 770 quilómetros e contém extensas áreas de mangais, de areais e de recifes de corais, apresentando um potencial de exploração económica de grande valor.

A vegetação de Moçambique é maioritariamente composta por floresta savana (cerca de 70% do território), dividida em dois tipos: miombo e mopane. Miombo cobre a maior parte do Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica e Inhambane. Este tipo de floresta é muito vulnerável a chuvas intensas, altas temperaturas e queimadas. A intensidade pecuária ainda é baixa, com cerca de 1,5 milhões de unidades, sendo metade representada por cabritos e porcos. No entanto, o uso excessivo de recursos naturais nas áreas mais secas afeta locais como Manica e Tete.

Moçambique apresenta uma grande abundância e diversidade de recursos minerais, destacando-se o alumínio, o carvão, a grafite, o minério de ferro, os fosfatos, a bauxita e as areias pesadas.

### Localização geográfica dos recursos energéticos





## 2.2.2. Recursos humanos

Apesar dos grandes progressos alcançados nos últimos anos, Moçambique apresenta níveis de desenvolvimento baixos, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, não só na vertente do rendimento nacional, como também na vertente do desenvolvimento humano, sendo as baixas qualificações, as desigualdades sociais e de género, os fatores que se mais prestam a melhorias significativas. Estas realidades estão espelhadas no índice de desenvolvimento humano (IDH) que, em 2012, posicionou o país no 185º lugar do ranking dum conjunto de 187 países, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2013. Atrás de Moçambique apenas ficaram o Congo e a Nigéria.

Apesar do crescimento do rendimento per capita em Moçambique ter beneficiado da forte procura externa dirigida aos seus recursos naturais (gás, carvão e minerais), a média situada nos 906 dólares, em 2012, ficou abaixo da registada em média na região subsariana (2 010 dólares). Esta diferença adquire maior significado quando o rendimento per capita moçambicano é comparado com o angolano, cifrado, nesse mesmo ano, em 4 812 dólares. Segundo as principais medidas, mais de metade da população vive abaixo do limiar extremo de pobreza. Se considerarmos o patamar tido em conta pelo governo de 18 meticais por dia, 54,7% da população encontra-se nessa situação. Esta proporção sobe para 60% e para 80% se passarmos a contemplar as medidas internacionais de um dólar por dia e dois dólares por dia, respetivamente. A distribuição desigual da população entre as zonas rurais (cerca de 70%) e as zonas urbanas (cerca de 30%) expõe uma larga faixa da população à volatilidade das condições climatéricas, como as cheias e as secas, aumentando o risco de pobreza.

### Incidência da pobreza e desigualdade

Áreas geográficas	Incidência da Pobreza			Desigualdade (índice de Gini*)		
	1996-97	2002-03	2008-09	1996-97	2002-03	2008-09
Niassa	70,6	52,1	31,9	0,36	0,36	0,43
Cabo Delgado	57,4	63,2	37,4	0,44	0,44	0,35
Nampula	68,9	52,6	54,7	0,36	0,36	0,42
Zambézia	68,1	44,6	70,5	0,35	0,35	0,37
Tete	82,3	59,8	42,0	0,40	0,40	0,32
Manica	62,6	43,6	55,1	0,40	0,40	0,35
Sofala	87,9	36,1	58,0	0,43	0,43	0,46
Inhambane	82,6	80,7	57,9	0,44	0,44	0,38
Gaza	64,6	60,1	62,5	0,41	0,41	0,43
Província Maputo	65,6	69,3	67,5	0,43	0,43	0,39
Cidade de Maputo	47,8	53,6	36,2	0,52	0,52	0,51
Urbano	62,0	51,5	49,6	0,47	0,48	0,48
Rural	71,3	55,3	56,9	0,37	0,37	0,37
<b>Nacional</b>	<b>69,4</b>	<b>54,1</b>	<b>54,7</b>	<b>0,40</b>	<b>0,42</b>	<b>0,41</b>

Fonte : Plano de Ação para a Redução da Pobreza 2011-2014

\* Quanto mais perto de um maior é a desigualdade

Ainda segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2013, nas componentes qualitativas, as medidas de desenvolvimento social também se encontram abaixo das dos



restantes países africanos. No que respeita à saúde, a esperança de vida situa-se nos 51 anos, apenas superior em três anos à da República Democrática do Congo, a par com taxas elevadas de mortalidade infantil e materna. Apesar dos esforços do governo com despesas de saúde, ainda persistem graves dificuldades no acesso a cuidados médicos, existindo menos de cinco médicos por cada 100 mil habitantes. Também na educação, cuja despesa pública atingiu os 5% do PIB em 2010, os resultados continuaram aquém das respetivas medidas dos países que integram, em conjunto com Moçambique, o lote inferior da classificação do IDH. Apesar da política pública de educação estabelecer um número de anos esperados de escolaridade em nove anos, o tempo efetivo excede ligeiramente um ano (abaixo do Burkina Faso), com uma taxa de abandono escolar elevada de 65% no ensino primário, associada a uma taxa de alfabetização dos adultos em cerca de 50%.

Segundo os dados das Nações Unidas, o índice de desigualdade entre géneros de Moçambique é um dos mais elevados, ocupando o 125º lugar num total de 148 países. Esta realidade caracteriza-se ainda pela ausência de instrução da população adulta feminina, em que apenas 1,5% possui o ensino secundário completo face aos 6,0% na população masculina. Contudo, a taxa de participação na população ativa é superior nas mulheres do que nos homens (86,0% face a 82,9%).

#### Indicadores sociais

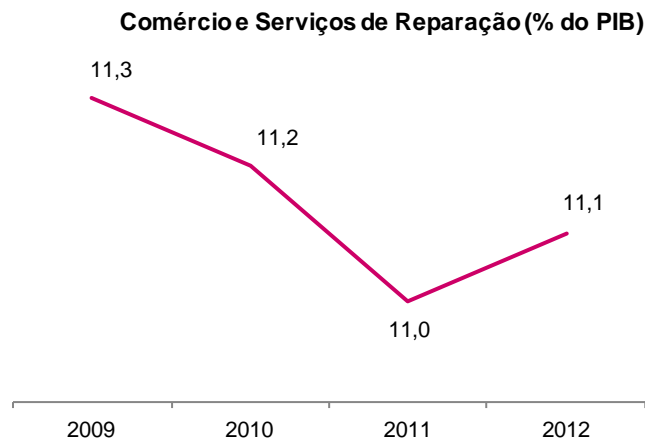
	IDH (2012)	PNB per capita (Usd)	Esperança de vida à nascença (anos)	Anos de escolaridade efetivos	População a viver abaixo do limiar da pobreza (%)
<b>Moçambique</b>	<b>0,327</b>	<b>906</b>	<b>50,7</b>	<b>1,2</b>	<b>54,7</b>
Média da região subsariana	0,475	2010	54,9	4,7	-
Angola	0,508	4812	51,5	4,7	-
Níger	0,304	701	55,1	1,4	-
Congo	0,304	319	48,7	5,9	46,5
Burkina Faso	0,343	1202	55,9	1,3	46,7
Portugal	0,816	19907	79,7	7,7	-

Fonte : Nações Unidas e Banco Mundial

## 2.3. Setores do Comércio, Turismo e Serviços

### 2.3.1. Comércio

Representando cerca de 11% do PIB (segundo o Banco de Moçambique), o setor do comércio é caracterizado por um mercado pouco organizado, apresentando algumas condicionantes nomeadamente a economia de subsistência e a baixa procura resultante do reduzido poder de compra da população, especialmente no meio rural. Desta forma, o investimento realizado neste setor é reduzido em face da ausência de um mercado estruturado.



Fonte: Banco de Moçambique

No que diz respeito às zonas rurais, a rede comercial moçambicana é constituída fundamentalmente por pequenos estabelecimentos e venda ambulante. Muito frequentemente, o mesmo comerciante realiza vários tipos de comércio, a grosso e a retalho, no mesmo estabelecimento. Nas zonas urbanas, o tecido comercial é mais complexo e sofisticado, misturando o comércio mais tradicional e informal com operadores estabelecidos, como cadeias de super e hiper-mercados.

A maioria da população moçambicana tem fraco poder de compra e vive nas zonas rurais, produzindo maioritariamente para subsistência própria. Já nos meios urbanos, a população apresenta um maior poder de compra e uma maior tendência para comprar produtos agrícolas. Desta forma, o mercado interno situa-se essencialmente nas zonas urbanas, com particular destaque para a cidade de Maputo na região do Sul.

As dificuldades de transporte, a baixa produtividade e a baixa sofisticação da agricultura moçambicana tornam os produtos agrícolas nacionais pouco competitivos em comparação com as alternativas externas. Assim, os estabelecimentos de retalho com maior dimensão tendem a importar uma grande quantidade de produtos e vender o excedente a estabelecimentos mais pequenos.

De entre os principais retalhistas, destaca-se a Shoprite, a maior cadeia de supermercados de venda de produtos alimentares na África Austral. Para além da Shoprite, também a Edcon, a Spar e a Pick n Pay se lançaram no mercado moçambicano. A Shoprite abriu a sua primeira loja em Maputo em 1997 e dispõe neste momento de mais quatro supermercados em Matola, Chimoyo, Beira e Nampula.

Por um lado, a presença destes grandes grupos representa uma ameaça para os produtores agrícolas na medida em que oferecem produtos de marca sul-africanos que se posicionam entre os mais competitivos do mundo. Por outro lado, os produtores agrícolas poderão beneficiar da presença destas cadeias, caso sejam bem-sucedidos ao viabilizar potenciais parcerias de negócio.

Para além disto, existe uma concorrência acentuada entre o comércio formal e a economia informal, com consequências negativas para o primeiro, por apresentar uma maior carga fiscal. A comercialização em território moçambicano encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") no valor de 17%, para a maioria dos produtos.



Em conclusão, apesar de existirem algumas cadeias de dimensão considerável, a rede de distribuição comercial é ainda pouco desenvolvida, dado o baixo poder de compra da maioria da população moçambicana, quer nas zonas rurais quer nas zonas urbanas.

### 2.3.2. Turismo

O turismo tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia moçambicana, em grande parte graças ao crescimento do investimento realizado nos últimos anos. A atração de investimento direto estrangeiro (IDE) é uma prioridade para o desenvolvimento do setor turístico, que o governo moçambicano considera como um dos pontos-chave para o desenvolvimento económico e social do país e também para o combate à pobreza.

Segundo os dados apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), Moçambique tem registado um crescimento no número de turistas desde 2008, atingindo os 2,1 milhões em 2012, o que corresponde a um aumento de 11% relativamente ao ano de 2011.

#### Total de Turistas (10<sup>3</sup>)

	2010	2011	2012
<b>Moçambique</b>	1.718	1.902	2.113
Angola	425	481	-
Rep. Dem. Congo	81	186	-
Zâmbia	815	906	-

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT)

Também as receitas geradas pela atividade turística aumentaram desde 2008, chegando aos 250 milhões de dólares em 2012, o que se traduziu num aumento de 11% em relação a 2011. Em termos de receitas totais, que inclui não só receitas da atividade turística mas também receitas provenientes do transporte, Moçambique registou 289 milhões de dólares em 2012, um crescimento de 9% em relação a 2011.

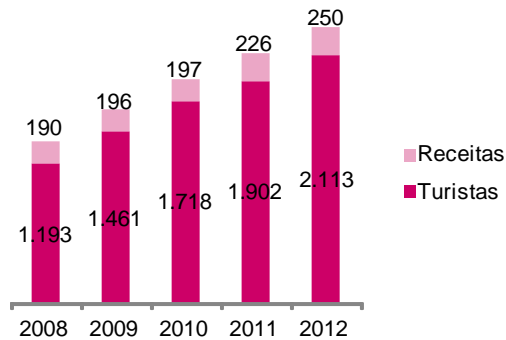
Em 2012, cerca de 1 581 mil visitantes eram oriundos do continente africano (72%) e 444 mil visitantes da Europa (20%). Apesar do acentuado crescimento do turismo europeu (63% em relação a 2011), o continente africano tem dominado o turismo em Moçambique, o que poderá justificar a reduzida receita por turista verificada ao longo dos últimos anos. Assim, esforços adicionais deverão ser feitos de forma a atrair visitantes e turistas de outras regiões mais desenvolvidas, nomeadamente do continente americano que, em 2012, corresponderam a apenas 6% do total dos visitantes em Moçambique. Para tal afigura-se como imprescindível intensificar o esforço de qualificação das infraestruturas turísticas e logísticas, objetivo que certamente beneficiaria muito com IDE, sobretudo de operadores especializados internacionais, que para além de poderem contribuir materialmente para a melhoria da oferta turística agregada de Moçambique, também estão mais próximos dos clientes com maior potencial gerador de valor acrescentado.



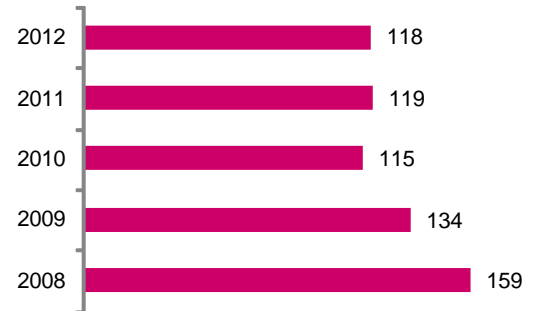


No que respeita ao motivo da visita, cerca de 69% do total de visitantes em 2012 viajaram para Moçambique por motivo de férias, lazer ou outro motivo pessoal, enquanto os restantes 21% deslocaram-se por motivo de negócios.

**Número de Turistas (10<sup>3</sup>) e Receitas Turísticas (USD 10<sup>6</sup>)**

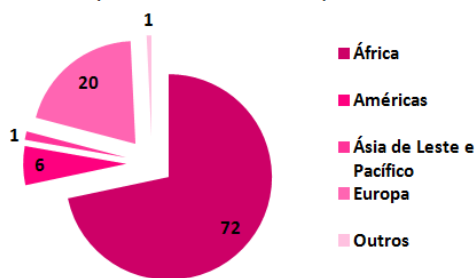


**Receita por Turista (USD)**

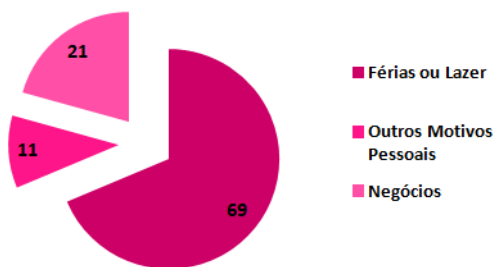


Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT)

**Visitantes <sup>(a)</sup> por Região em 2012 (%)**  
(100% = 2206 x 10<sup>3</sup> habitantes)



**Visitantes <sup>(a)</sup> por Motivo em 2012 (%)**

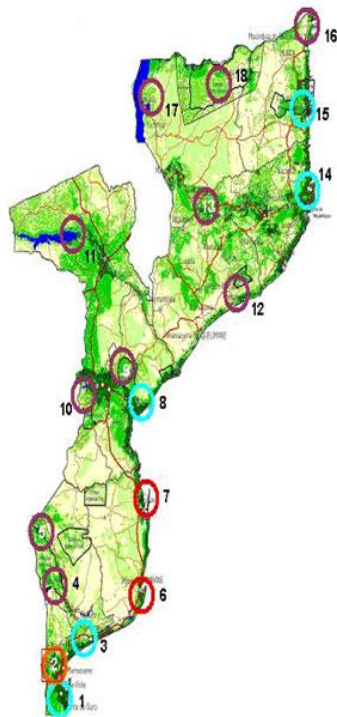


Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT)

(a) Inclui turistas e excursionistas;

A biodiversidade, a vida selvagem, a floresta tropical, os rios, os lagos e as praias associadas a cidades cosmopolitas ao longo do litoral, ao mosaico cultural e à bonomia da população moçambicana constituem argumentos favoráveis à criação de condições sustentáveis para que Moçambique se transforme num destino inquestionável de turismo, com uma situação privilegiada e competitiva no mercado turístico africano.

Desta forma, foram identificadas Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT's), de forma a atrair investimento no turismo em Moçambique e ainda Áreas de Conservação Transfronteiriça (TFCA's) que oferecem inúmeras atrações e atividades de lazer aos visitantes.



Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT's)  
Transfronteiriça (TFCA's)

Fonte: Portal do Governo de Moçambique



Áreas de Conservação

Fonte: Visit Mozambique

Têm sido vários os esforços por parte do governo moçambicano para promover o desenvolvimento turístico de Moçambique. Entre eles, destaca-se o “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo” definido em 2004 e que estabelece os objetivos estratégicos e de implementação para o período de 2004-2013, procurando identificar os pontos fulcrais no que diz respeito à intervenção governamental e ainda as diretrizes a utilizar para otimizar e operacionalizar a competitividade do setor turístico moçambicano. A criação em separado do Ministério do Turismo em 2001 e ainda a entrada em vigor da nova Lei do Turismo em 2004 foram igualmente dois instrumentos fundamentais para o estabelecimento das bases política e estratégica do turismo em Moçambique.

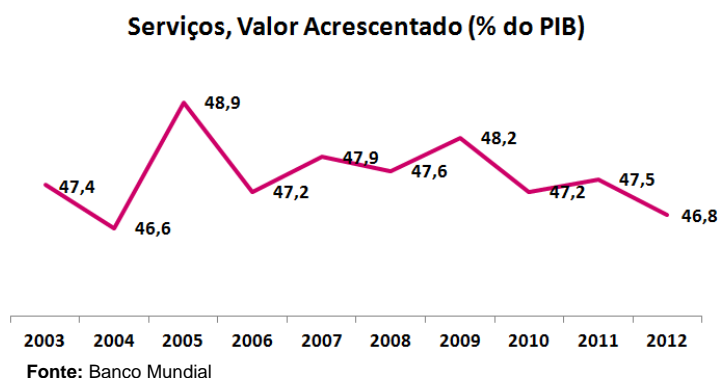
Apesar do potencial moçambicano, existem ainda alguns obstáculos ao desenvolvimento do setor turístico, nomeadamente a deficiência ao nível de infraestruturas de transporte, sanitárias e de abastecimento de água e ainda os elevados preços das viagens (internacionais e domésticas), que dificultam o acesso a Moçambique por partes de visitantes da Europa e do Ocidente.

Neste sentido, Moçambique necessita de criar parcerias com investidores de forma a apoiar as infraestruturas básicas, desenvolver uma mão-de-obra qualificada para aumentar a qualidade do nível de serviço e ainda tornar o setor da aviação mais competitivo, permitindo o aumento do número de visitantes de outras regiões do mundo.



### 2.3.3. Serviços

Segundo os dados apresentados pelo Banco Mundial, o setor terciário tem desempenhado um papel relevante na economia moçambicana, apresentando um valor acrescentado perto dos 50% em termos do PIB. De acordo com as estatísticas do Banco de Moçambique, o desempenho da atividade económica moçambicana deve-se, essencialmente, à dinâmica apresentada pelos serviços, com especial destaque para o transporte e comunicações.



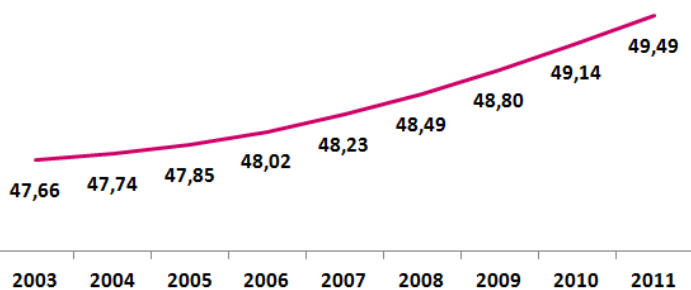
- Saúde

Após a independência de Moçambique em 1975, o governo moçambicano criou um programa de saúde rural, com o objetivo de estender a rede sanitária a todo o país, privilegiando essencialmente na medicina preventiva. Considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um modelo para os restantes países em desenvolvimento, este programa permitiu a vacinação da maioria da população.

No entanto, os cuidados primários de saúde foram severamente afetados pela guerra civil moçambicana entre 1977 e 1992. O fim da guerra veio beneficiar a evolução positiva dos serviços de saúde em Moçambique e a esperança média de vida aumentou consideravelmente, chegando perto dos 50 anos, de acordo com os dados apresentados pelo Banco Mundial. Para além disso, a despesa pública com saúde têm acompanhado o crescimento do PIB moçambicano, pelo que se pode concluir que vários esforços têm sido feitos para melhorar os cuidados médicos no país.

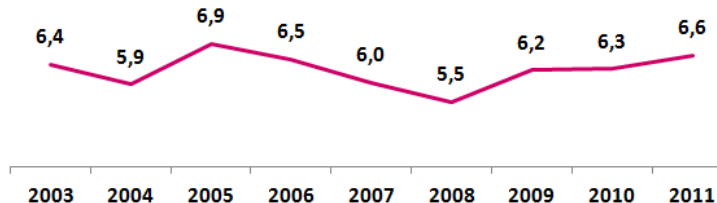


### Esperança Média de Vida (anos)



Fonte: Banco Mundial

### Gastos com Saúde (% do PIB)



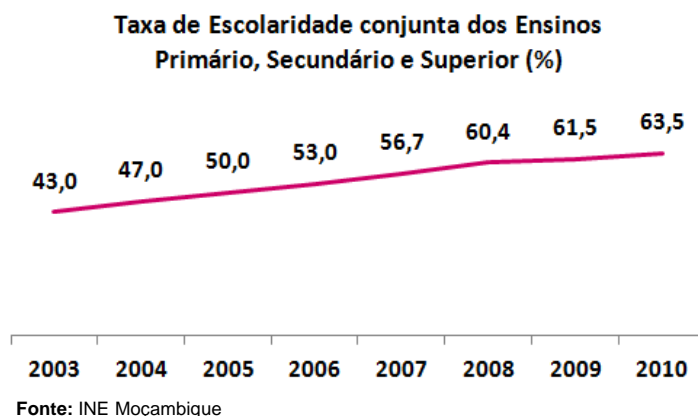
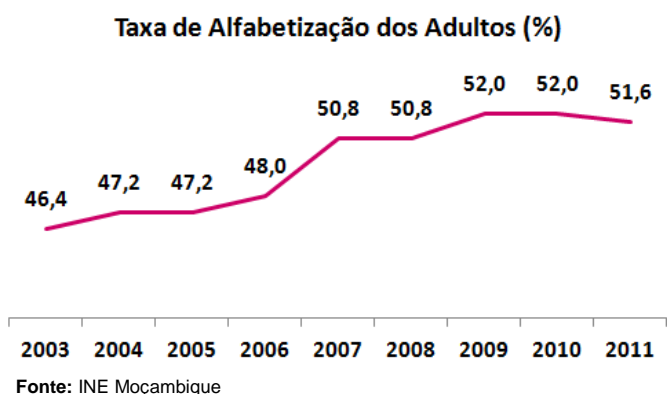
Fonte: Banco Mundial

No entanto, Moçambique é ainda considerado dos países mais pobres do mundo com cuidados médicos bastante deficitários. O perfil de doenças em Moçambique é típico de um país em desenvolvimento, com o predomínio de doenças contagiosas como a SIDA. Segundo o The Fact Book da CIA, o vírus do HIV atingiu 11,2% da população adulta em Moçambique no ano de 2012, colocando o país no oitavo lugar dos países mais infetados pela doença, num total de 223 países considerados. Em 2012, de acordo com as estatísticas oficiais, registaram-se cerca de 1 milhão e 500 mil pessoas com o vírus HIV e quase 77 mil mortes.

- Educação

Apesar dos progressos feitos após a independência moçambicana, a qualidade da educação foi negativamente afetada pela guerra civil entre 1977 e 1992, tendo sido destruídas inúmeras infraestruturas de educação. No entanto, o sistema de educação expandiu-se rapidamente no período pós-guerra e, segundo a UNICEF, 100% das crianças estão agora matriculadas no ensino primário, contra 69%, em 2003.

Assim, segundo o Instituto Nacional de Estatística moçambicano, a taxa de alfabetização dos adultos revela uma evolução positiva, tendo-se cifrado em 51,6% em 2011, assim como a taxa de escolaridade conjunta dos ensinos primário, secundário e superior, que atingiu os 63,5% em 2010. Embora tenham sido registados avanços na expansão do acesso à educação, Moçambique necessita ainda de melhorias substanciais na qualidade e abrangência do ensino.



- Sistema Bancário

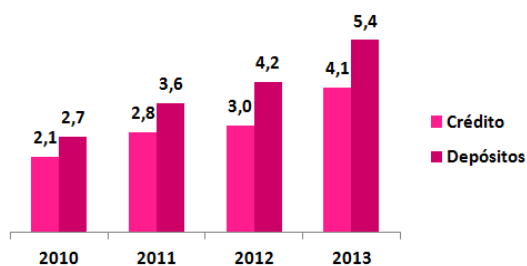
O setor bancário em Moçambique constitui um dos mais dinâmicos em África, beneficiando de uma economia em forte crescimento. De facto, entre 2005 e 2012 o número de agências bancárias mais do que duplicou, expandindo a cobertura do sistema financeiro de 27 distritos (21% do total) para 63 (49%). Simultaneamente, a introdução e aposta nos canais de distribuição remotos resultou num crescimento de 2,5 vezes do número de ATM e de 4 vezes no de POS presentes no país. Esta forte política de expansão e crescimento teve como consequência o aumento expressivo na acessibilidade dos serviços financeiros à população, tendo a percentagem de população “bancarizada” aumentado de 6,1% para 20,2% entre 2005 e 2012, respetivamente.

O crescimento do crédito e dos depósitos bancários também tem sido evidente nos últimos anos. Desde 2007, os volumes do sistema financeiro aumentaram 2,5 vezes e 3,5 vezes no crédito e nos depósitos, respetivamente. Em 2013, foram ultrapassados os 4 mil milhões de euros em crédito e os 5 mil milhões de euros em depósitos, tendo inclusive o crédito concedido pelo sistema bancário atingido, em 2012, os 29% do PIB.



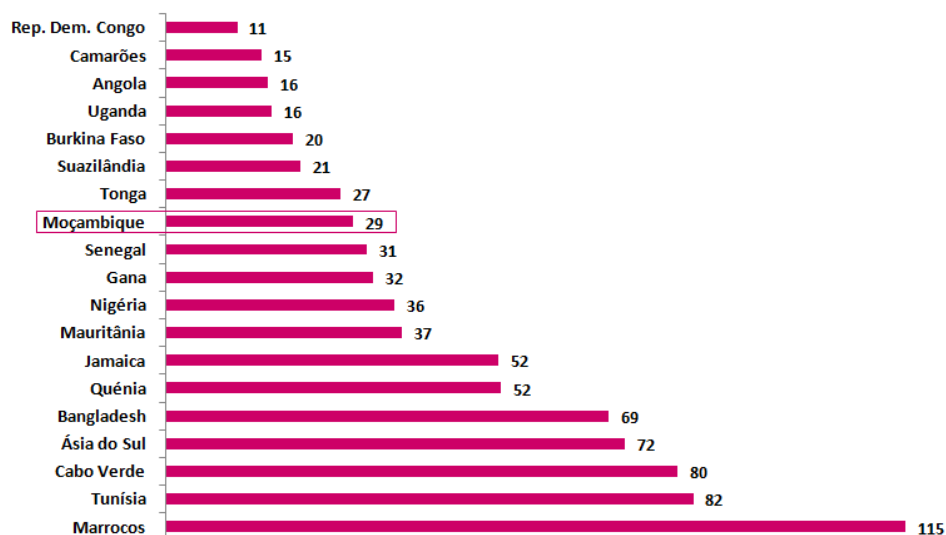
Da mesma forma, aspetos tecnológicos e infraestruturais em desenvolvimento nos últimos 10 anos em Moçambique têm tido impactos profundos no sistema financeiro e têm permitido dinamizar e diversificar a oferta desde os meios de pagamento, aos meios de transmissão monetária, à introdução de novos veículos de financiamento como o factoring e o leasing. O desenvolvimento do mobile banking, tanto pela banca comercial como com a progressão de algumas operadoras de telecomunicações para instituições de moeda eletrónica trouxeram ao mercado um novo folego de crescimento e têm permitido também o desenrolar da inclusão financeira em locais remotos onde a banca tradicional ainda não chegou.

Evolução dos Volumes Bancários em Moçambique (EUR 10<sup>9</sup>)



Fonte: Banco de Moçambique

Crédito Interno concedido pelo Sistema Bancário em 2012 (% do PIB)

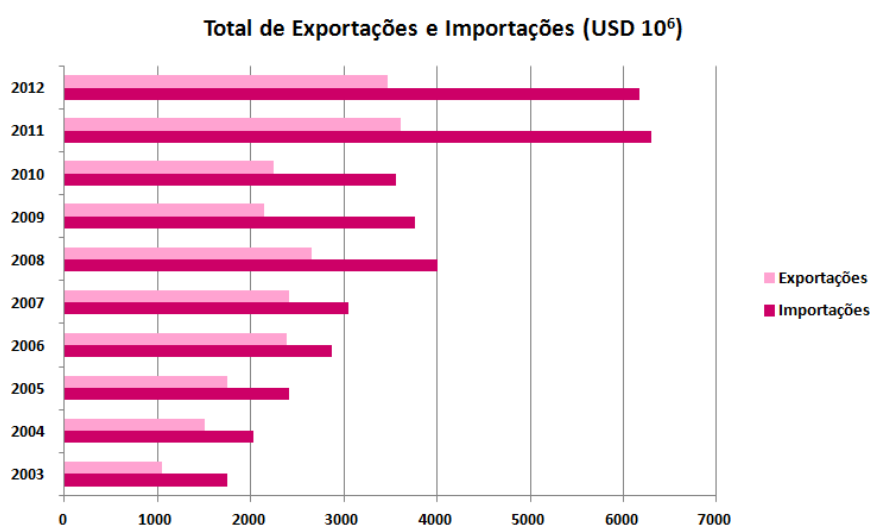


Fonte: Banco Mundial



## 2.4. Comércio Internacional

De acordo com os dados apresentados pelo International Trade Center (ITC), Moçambique assume um papel pouco relevante no que diz respeito a relações comerciais com o estrangeiro. Em 2012, Moçambique registou um total de exportações de aproximadamente 3 470 milhões de dólares, colocando-o no 120º lugar do ranking das exportações a nível mundial, com uma quota de 0,02%. Relativamente às importações, em 2012 ocupou o 126º lugar com cerca de 6.177 milhões de dólares, o que representa uma quota de apenas 0,03%.



Fonte: International Trade Center (ITC)

### Posição de Moçambique no ranking mundial

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Importações	119	122	125	126	130	132	128	145	125	126
Exportações	113	111	111	111	112	115	117	123	118	120

Fonte: International Trade Center (ITC)

Apesar da posição internacional pouco significativa e do decréscimo observado em 2012, Moçambique registou um crescimento médio anual bastante acentuado de 2007 para 2012, quer em termos de importações (15%) quer de exportações (7,5%). Este crescimento foi essencialmente motivado pelos grandes projetos de investimento nos setores mineiro, hidrocarbonetos e infraestruturas.

Segundo o Banco de Moçambique, é igualmente evidente que a maioria das exportações e importações registadas por Moçambique estão associadas aos megaprojetos, responsáveis por cerca de 63% das exportações e 35% das importações totais. De entre os grandes projetos industriais, destaca-se a fundição do alumínio Mozal em Maputo, cujo investimento já ultrapassou os 2,1 mil milhões de dólares.

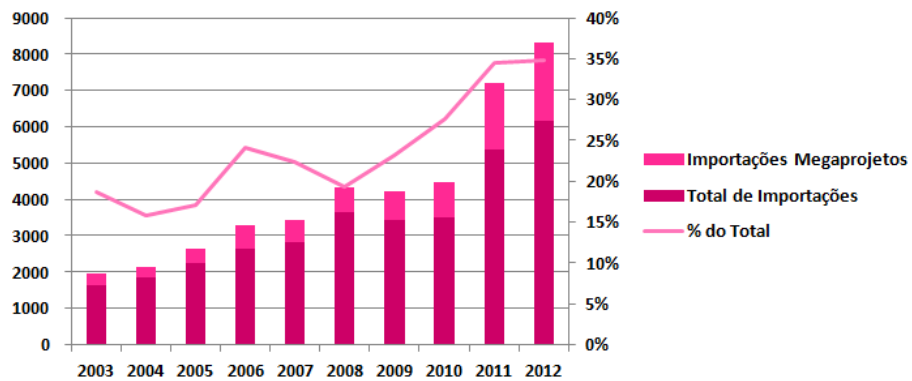


### Exportações Totais e associadas a Megaprojetos (USD 10<sup>6</sup>)



Fonte: Banco de Moçambique

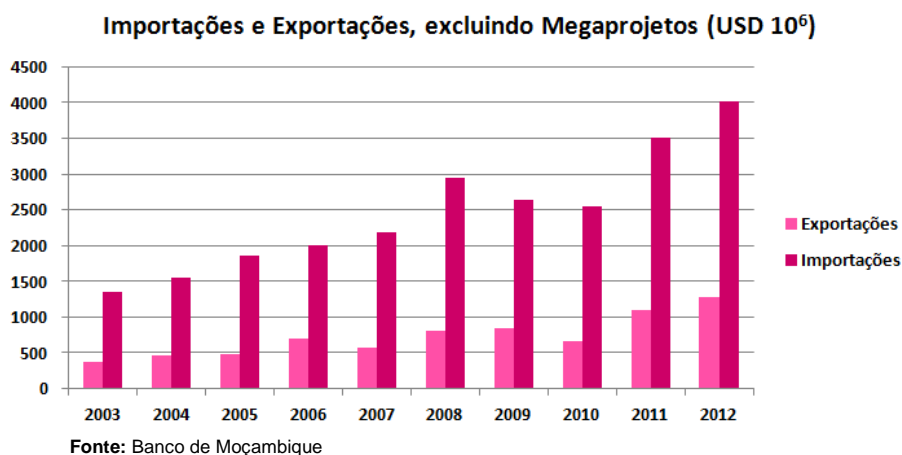
### Importações Totais e associadas a Megaprojetos (USD 10<sup>6</sup>)



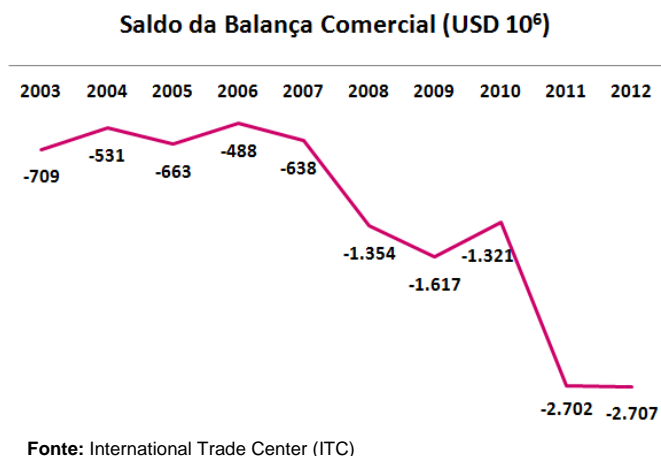
Fonte: Banco de Moçambique

Não obstante o peso considerável dos megaprojetos nas trocas comerciais internacionais tem-se verificado igualmente um crescimento das exportações e importações moçambicanas, excluindo os megaprojetos. Apesar do forte ritmo de crescimento médio anual das exportações (15%), estas são ainda muito reduzidas, apoiadas sobretudo em produtos agrícolas como o açúcar, o algodão, o camarão e a castanha de cajú, cuja produção depende muito de fatores climáticos. As importações, excluindo os megaprojetos, registaram um crescimento médio anual de 13%, impulsionadas, entre outras razões, pelo aumento acentuado das importações de equipamentos e matérias-primas como resultado do investimento.



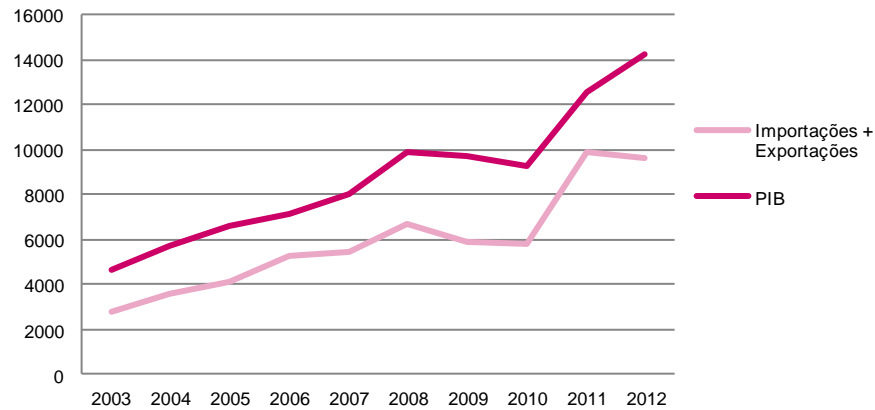


Dados apresentados pelo ITC indicam que o saldo da balança comercial é tradicionalmente negativo, o que provoca um efeito desfavorável sobre o défice externo moçambicano. Em 2012, este valor foi de 2 707 milhões de dólares negativos, correspondendo a 19% do PIB. Embora o saldo da balança comercial seja negativo, o comércio internacional desempenha um papel fundamental no crescimento da economia moçambicana, tal como é observado pela elevada correlação entre o crescimento do PIB e o negócio externo.





Comércio Internacional: Motor do Crescimento Económico (USD 10<sup>6</sup>)



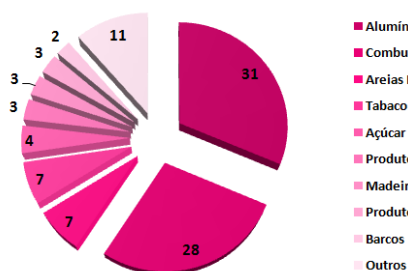
Fonte: International Trade Center (ITC)

Em 2012, as exportações moçambicanas foram dominadas essencialmente pelo alumínio (31%) e pelos combustíveis e óleos minerais (28%), incluindo a energia elétrica, gás e óleos de petróleo, representando quase 60% das exportações totais moçambicanas. De salientar que, apesar da importância do alumínio como principal produto exportado, as exportações deste material sofreram uma queda acentuada em 2012 na ordem dos 33% em comparação com 2011, ficando igualmente abaixo do valor registado em 2010. Para além do alumínio e do carvão, prevê-se que o gás natural liquefeito (GNL) se torne num dos produtos mais exportados por Moçambique. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estima que Moçambique se torne no 4º maior exportador mundial de GNL e no 2º país africano, depois da Nigéria, que é detentora de reservas significativas.

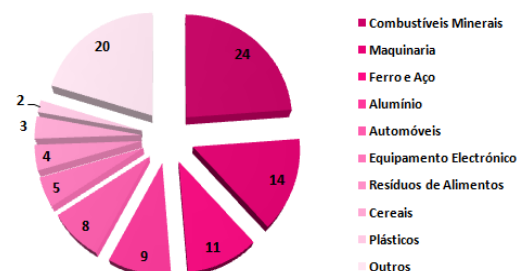
Por outro lado, as importações moçambicanas em 2012 foram constituídas fundamentalmente por combustíveis minerais (24%), maquinaria (14%), ferro e aço (11%), alumínio (9%) e automóveis (8%).

De uma forma geral Moçambique exporta combustíveis minerais em bruto (sem processamento ou com processamento mínimo) e importa, de forma processada, o que consome. Este processamento limitado justifica os valores elevados de exportações e importações de combustíveis minerais.

Exportações por Produto em 2012 (%)



Importações por Produto em 2012 (%)



Fonte: International Trade Center (ITC)



A África do Sul e a Holanda constituem os principais parceiros comerciais de Moçambique quer em termos de exportação quer em termos de importação. De uma forma geral, estes dois países representaram em 2012 cerca de 46% das exportações moçambicanas e 41% das importações, revelando a sua importância no comércio internacional de Moçambique. Também Portugal ocupa um lugar no Top 10 dos principais fornecedores de Moçambique, tendo ocupado o 7º lugar em 2012, apesar de ter recuado face a 2010, ano em que se encontrava em 4º lugar. Em termos de exportações moçambicanas, em 2010, Portugal ocupava o 3º lugar, tendo descido consideravelmente no ranking em 2011 para o 15º lugar e em 2012 para o 20º lugar.

**Principais Clientes de Moçambique: Ranking Mundial**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Holanda	25º	1º	1º	11º	13º	1º	1º	1º	1º	1º
África do Sul	2º	2º	2º	2º	2º	3º	2º	2º	2º	2º
China	11º	9º	6º	6º	4º	5º	4º	4º	4º	3º
Reino Unido	16º	20º	14º	12º	7º	20º	12º	44º	3º	4º
Índia	12º	8º	8º	7º	10º	8º	6º	7º	9º	5º
Itália	21º	30º	24º	29º	30º	23º	17º	58º	13º	6º
Suíça	32º	27º	19º	4º	16º	16º	22º	18º	8º	7º
Zimbábwe	6º	7º	5º	3º	3º	4º	5º	5º	7º	8º
EUA	8º	11º	10º	21º	25º	14º	8º	12º	17º	9º

Fonte: International Trade Center (ITC)

**Principais Fornecedores de Moçambique: Ranking Mundial**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
África do Sul	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
Holanda	19º	28º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º
EAU	17º	12º	10º	5º	7º	10º	9º	15º	3º	3º
Bahrain	42º	56º	140º	11º	66º	3º	30º	7º	12º	4º
Reino Unido	11º	19º	23º	24º	22º	15º	21º	12º	8º	5º
China	6º	6º	7º	8º	6º	5º	4º	5º	4º	6º
Portugal	4º	3º	5º	7º	5º	9º	5º	4º	7º	7º
Brasil	23º	20º	14º	18º	17º	21º	16º	20º	19º	8º
EUA	5º	5º	6º	6º	9º	4º	7º	10º	6º	9º

Fonte: International Trade Center (ITC)

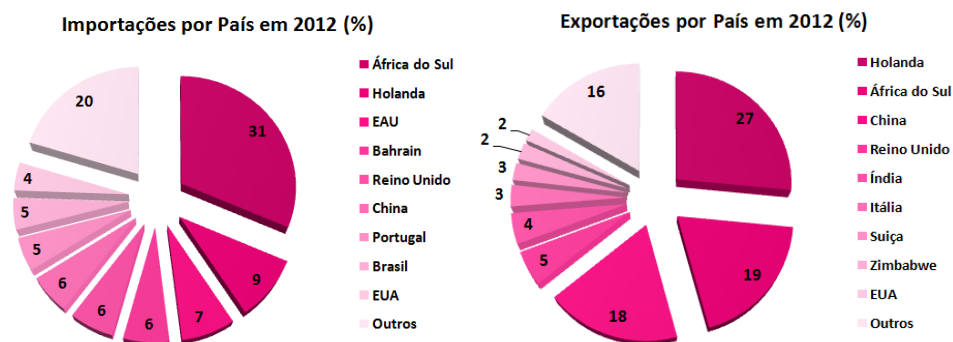
Segundo o ITC, Moçambique registou em 2012 um total de 921 milhões de dólares em exportações para a Holanda (alumínio), e um total de 573 milhões de dólares em importações da Holanda. Ocupando o claro 1º lugar dos clientes de Moçambique e o 2º lugar dos fornecedores de Moçambique, os Países Baixos têm mantido uma relação comercial com Moçambique de grande peso. Em termos de produtos, Moçambique exporta essencialmente alumínio (produtos acabados) para a Holanda e importa deste país maquinaria e equipamentos, produtos químicos e também matérias-primas e produtos semiacabados de alumínio. Merece também referência a exportação de energia elétrica, produzida sobretudo na central hidroelétrica de Cahora-Bassa, para a África do Sul.

A África do Sul tem um elevado peso nas relações internacionais moçambicanas. A proximidade, o desenvolvimento do país e a posição dominante na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) justificam esta relação comercial com a África do Sul. Em 2012, Moçambique registou um total de 1 941 milhões de dólares em importações de África do Sul e 667 milhões de dólares em exportações, correspondendo a um aumento de 14% face ao ano de 2011. Em termos de produtos,



Moçambique exporta combustíveis minerais e produtos agrícolas (fruta, nozes) para a África de Sul e importa deste país maquinaria, artigos de ferro e aço e também combustíveis minerais.

Também a China, Reino Unido, EUA, Índia e Brasil desempenham um papel importante nas relações comerciais de Moçambique.



Fonte: International Trade Center (ITC)

### 2.5. Investimento direto estrangeiro (IDE)

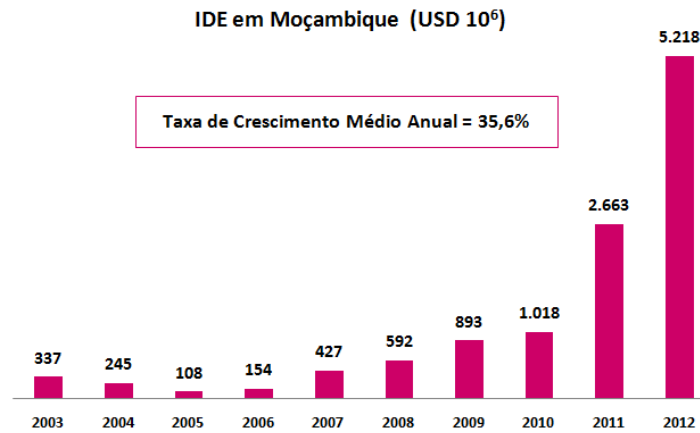
Nos últimos anos, Moçambique tornou-se num dos destinos mais procurados pelos investidores internacionais graças à existência de vastos recursos naturais quase inexplorados. Desta forma, o investimento direto estrangeiro tem desempenhado um papel cada vez mais crucial no desenvolvimento da economia moçambicana.

De acordo com os dados apresentados pela UNCTAD, o volume de investimento direto estrangeiro (IDE) aumentou significativamente nos últimos anos, atingindo em 2012 os 5 218 milhões de dólares, o que se traduz num aumento de 96% relativamente a 2011 e que posicionou Moçambique no 41º lugar do ranking mundial como recetor de IDE.

#### Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em Moçambique

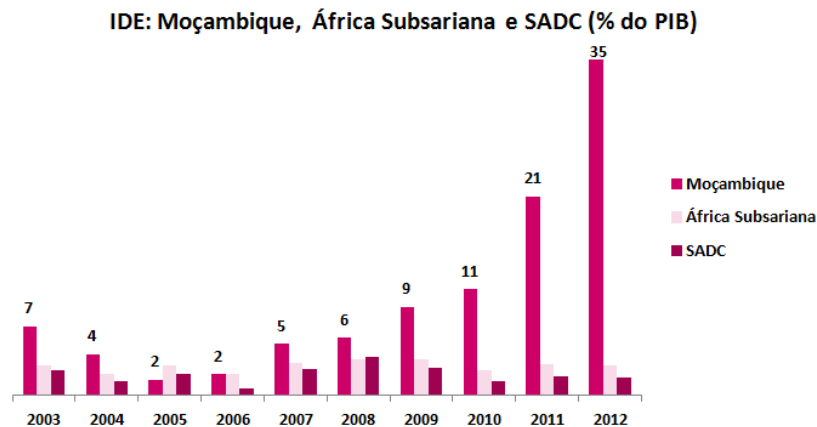
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IDE em Moçambique (USD 109)	0,3	0,2	0,1	0,2	0,4	0,6	0,9	1,0	2,7	5,2
Total IDE mundial (USD 109)	601	734	990	1.481	2.003	1.816	1.216	1.409	1.652	1.351
% Total	0,06%	0,03%	0,01%	0,01%	0,02%	0,03%	0,07%	0,07%	0,16%	0,39%
Posição no "ranking" mundial*	94º	115º	131º	135º	119º	118º	89º	86º	60º	41º

Fonte: UN Conference on Trade and Development (UNCTAD)



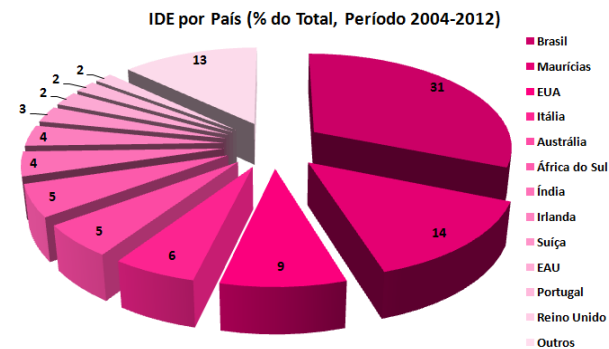
Fonte: UN Conference on Trade and Development (UNCTAD)

Para além disto, Moçambique registou um aumento em IDE significativamente superior aos valores referentes à África Subsariana e à SADC, revelando o elevado potencial de Moçambique comparativamente com os restantes países africanos e o claro interesse dos investidores internacionais.



Fonte: UN Conference on Trade and Development (UNCTAD)

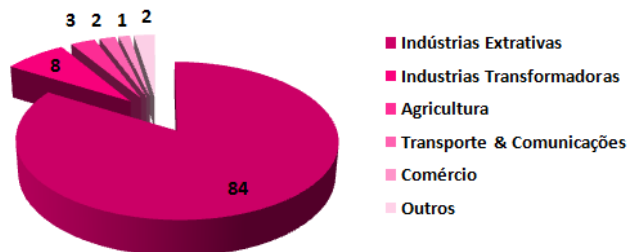
De acordo com os dados apresentados pelo Banco de Moçambique, o Brasil tem sido o principal responsável pelo IDE em Moçambique tendo registado o maior volume de investimento desde 2004, em parte graças aos 1 299 milhões de dólares investidos em 2012. No entanto, outros países têm demonstrado grande interesse nos projetos associados à exploração do carvão e do gás, nomeadamente os EUA, a Itália e a Austrália. Também Portugal está inserido na lista de países que mais investe em Moçambique, justificado pela herança histórica e pela afinidade cultural, tendo ocupado o 12º lugar no ranking mundial em 2012. A importância das Ilhas Maurícias deverá estar sobredimensionada pela sua condição de plataforma giratória financeira internacional, o que implica a intermediação de alguns fluxos de IDE originários de países terceiros.



Fonte: Banco de Moçambique

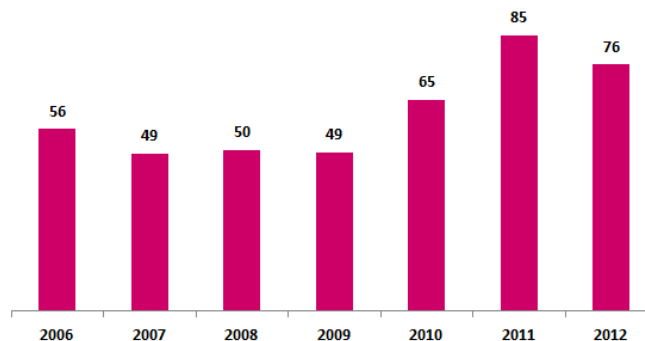
Em termos de sectores, as indústrias extrativas (carvão, petróleo, gás e minerais) dominaram o palco do IDE em 2012 (com 84% do total), em grande parte associado a megaprojetos, como por exemplo a fundição do alumínio Mozal, o gás natural da Sazol, as areias pesadas de Moma e de Chibuto, o carvão de Moatize e de Benga e ainda a Hidroelétrica de Cahora-Bassa. No entanto, outros setores têm-se destacado nos últimos anos, nomeadamente a indústria transformadora (alimentares, bebidas, tabaco, têxteis), transporte e comunicações, agricultura, pesca, comércio e também construção, hotelaria e turismo.

IDE por Sector em 2012 (%)



Fonte: Banco de Moçambique

IDE em Megaprojetos (% do Total em IDE)

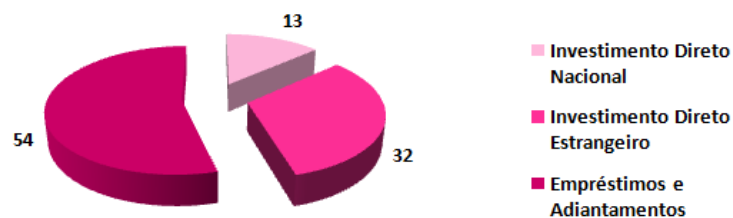


Fonte: Banco de Moçambique



Segundo as informações apresentadas pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI), cujo objetivo é atrair e reter investimento direto nacional e estrangeiro nas zonas normais<sup>1</sup>, em 2013 foram aprovados 515 projetos de investimento, com um valor de investimento de 4,2 mil milhões de dólares que possibilitaram a criação de mais de 35 mil postos de trabalho. Do total, 2 290 milhões correspondem a empréstimos e adiantamentos (54%), cerca 570 milhões a investimento direto nacional (14%) e, por fim, 1 360 milhões a IDE (32%). Em 2012, o CPI aprovou 725,8 milhões de dólares em IDE, o que correspondeu a cerca de 14% do IDE total. Em 2013, se a tendência se mantiver, espera-se que o IDE total ronde os 10 mil milhões de dólares, o que representa um crescimento na ordem dos 85% em comparação com 2012.

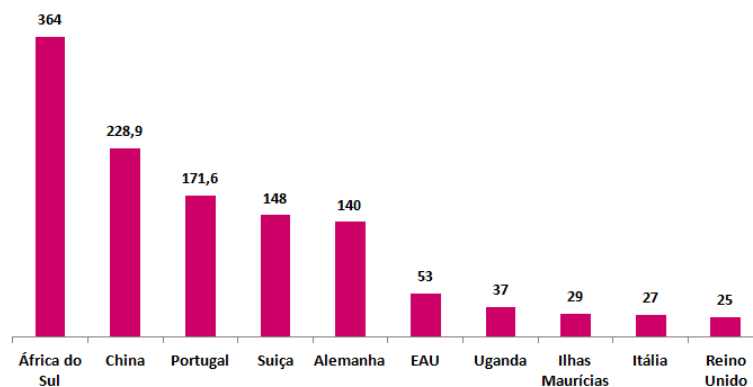
Projectos de Investimento 2013 (%), CPI



Fonte: Centro de Promoção de Investimentos (CPI)

O CPI adianta ainda que a África do Sul, a China e Portugal foram os três maiores investidores em Moçambique em 2013. Na lista destes 515 projetos, Portugal surge na liderança com 168 iniciativas, apesar de ter ficado atrás da África do Sul e da China em termos de volume de investimento. O investimento foi maioritariamente direcionado para as províncias de Maputo, de Tete, de Nampula e de Cabo Delgado. Nos últimos três casos, o investimento procura essencialmente tirar partido das recentes descobertas de recursos naturais de enorme potencial, particularmente, jazidas de carvão e de minério de ferro, bem como depósitos de gás natural.

IDE por País em 2013 (USD 10<sup>6</sup>), CPI



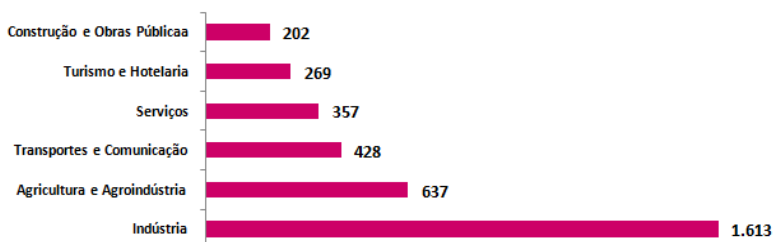
Fonte: Centro de Promoção de Investimentos (CPI)

<sup>1</sup> O Governo moçambicano dividiu o país em três zonas distintas na captação e retenção de investimento direto nacional e estrangeiro: Zonas Normais que fica a cargo do CPI e as Zonas Económicas Especiais (ZEE) e as Zonas francas Industriais (ZFI) que ficam sob a tutela do Gabinete das Zonas Económicas de Crescimento Acelerado (GAZEDA).



Relativamente ao investimento por setores, a indústria regista valores claramente superiores aos restantes setores, revelando o potencial dos recursos naturais (energia e minérios) como impulsionador do crescimento económico em Moçambique.

IDE em Moçambique por Setor em 2013 (USD 10<sup>6</sup>), CPI



Fonte: Centro de Promoção de Investimentos (CPI)

Também de acordo com o CPI, durante os últimos três anos, o investimento em Moçambique atingiu valores recorde, atingindo os 10 mil milhões de dólares, e possibilitou a criação de mais de 75 mil postos de trabalho para cidadãos moçambicanos. Os projetos focaram-se em inúmeros setores, nomeadamente agricultura, aquacultura e pesca, banca, energia, transportes e comunicações, hotelaria e turismo, indústria, construção e obras públicas.

O Banco Mundial tem igualmente apoiado alguns dos projetos de investimento em Moçambique ao longo dos anos. De 2003 a 2013, apoiou 70 projetos de investimento, dos quais 44 estão neste momento ativos, representando um investimento total de 3 461,7 milhões de dólares. Durante o ano de 2013, apoiou 12 projetos, totalizando um investimento de 717,75 milhões de dólares, o maior compromisso do Banco Mundial nos últimos dez anos. Tal representou cerca de 17% do investimento total realizado em Moçambique no ano 2013. Em termos de investimento sectorial, o Banco Mundial apoiou os mais variados setores, nomeadamente a saúde, agricultura, pescas, silvicultura, indústria, comércio e outros.

Projetos apoiados pelo Banco Mundial

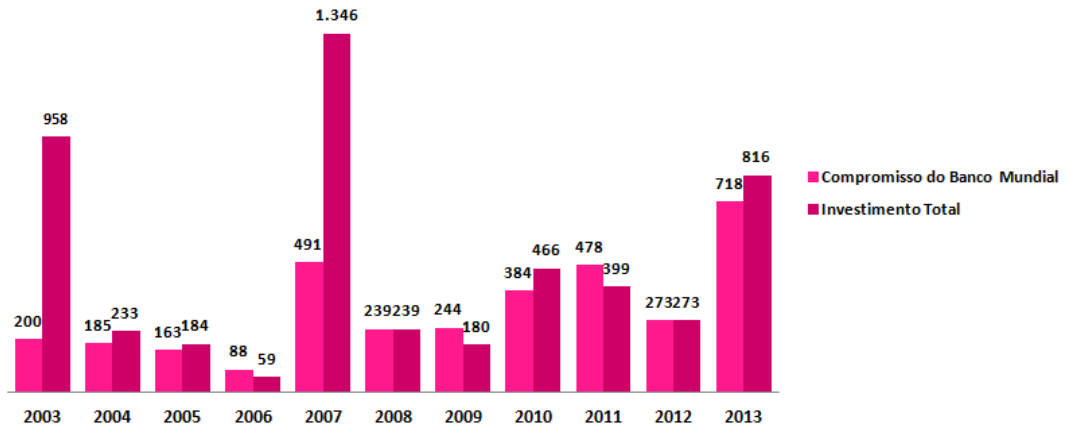
2003	6
2004	3
2005	4
2006	2
2007	9
2008	3
2009	3
2010	11
2011	13
2012	4
2013	12
<b>Total</b>	<b>70</b>

Fonte: Banco Mundial



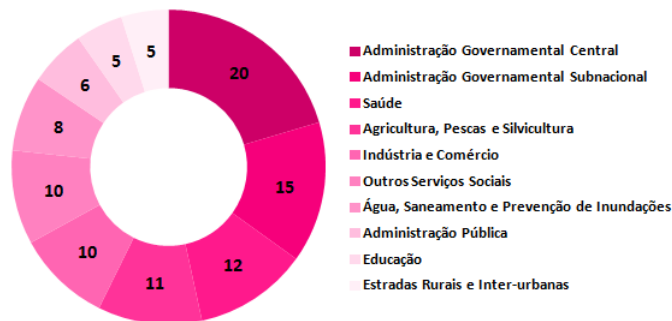


Projetos de Investimento apoiados pelo Banco Mundial em Moçambique (USD 10<sup>6</sup>)



Fonte: Banco Mundial

Projetos de Investimento apoiados pelo Banco Mundial por Setor (% , Período 2003-2013)



Fonte: Banco Mundial

Um estudo realizado pelo Banco Mundial e pelo International Finance Corporation (IFC) mostra que Moçambique ocupa neste momento o 139º lugar no ranking mundial “Doing Business” de 2013, colocando-o em 15º no contexto da África Subsariana e 9º na SADC. Em termos comparativos, Moçambique ainda se situa muito afastado de Portugal (108 lugares) e dos restantes países desenvolvidos, o que demonstra claramente o atraso dos países africanos em termos de regulação e condução de operações empresariais. Para além disso, de acordo com o índice “Economic Freedom” de 2014 pela The Heritage Foundation, Moçambique situa-se no 128º lugar na hierarquia mundial, o que o posiciona na 24ª posição na África Subsariana e 11º na SADC.



		Ease of Doing Business <sup>(a)</sup> 2013					Economic Freedom 2014	
		Ease of Doing Business <sup>(a)</sup>		Starting a Business	Protecting Investors	Enforcing Contracts	Mundial	África Subsariana
		Mundial	África Subsariana					
África Subsariana	Mauritius	20	1	19	12	54	8	1
	Rwanda	32	2	9	22	40	65	4
	South Africa	41	3	64	10	80	75	6
	Botswana	56	4	96	52	86	27	2
	Ghana	67	5	128	34	43	66	5
	Seychelles	80	6	118	68	82	117	19
	Zambia	83	7	45	80	120	88	9
	Namibia	98	8	132	80	69	94	12
	Cabo Verde	121	9	66	138	35	60	3
	Swaziland	123	10	172	128	176	82	8
	Ethiopia	125	11	166	157	44	151	34
	Kenya	129	12	134	98	151	111	17
	Uganda	132	13	151	115	117	91	10
	Lesotho	136	14	89	98	144	154	36
	<b>Mozambique</b>	<b>139</b>	<b>15</b>	<b>95</b>	<b>52</b>	<b>145</b>	<b>128</b>	<b>24</b>
	Burundi	140	16	27	34	177	141	30
	Sierra Leone	142	17	75	22	149	148	33
	Liberia	144	18	31	147	165	138	29
	Tanzania	145	19	119	98	42	106	15
	Nigeria	147	20	122	68	136	129	25
	Madagascar	148	21	29	68	160	79	7
	Sudan	149	22	131	157	154	N/A	N/A
	Gambia, The	150	23	130	178	60	92	11
	Burkina Faso	154	24	125	147	108	98	13
	Mali	155	25	136	147	140	122	20
	Togo	157	26	168	147	153	152	35
	Comoros	158	27	163	138	159	142	31
	Gabon	163	28	153	157	157	105	14
	Equatorial Guinea	166	29	185	147	50	168	41
	Côte d'Ivoire	167	30	115	157	88	107	16
	Cameroon	168	31	132	128	175	136	28
São Tomé and Príncipe	169	32	98	157	183	157	37	
Zimbabwe	170	33	150	128	118	176	45	
Malawi	171	34	149	80	145	124	21	
Mauritania	173	35	173	147	75	134	27	
Benin	174	36	139	157	181	113	18	
Guinea	175	37	146	178	134	133	26	
Niger	176	38	159	157	143	127	23	
Senegal	178	39	110	170	167	125	22	
Ángola	179	40	178	80	187	160	38	
Guinea-Bissau	180	41	159	138	148	143	32	
Congo, Dem. Rep.	183	42	185	147	177	172	43	
Eritrea	184	43	188	115	67	174	44	
Congo, Rep.	185	44	182	157	164	169	42	
South Sudan	186	45	140	182	87	N/A	N/A	
Central African Republic	188	46	177	138	180	161	39	
Chad	189	47	183	157	171	167	40	
<b>Portugal</b>	<b>31</b>		<b>32</b>	<b>24</b>	<b>52</b>	<b>69</b>		

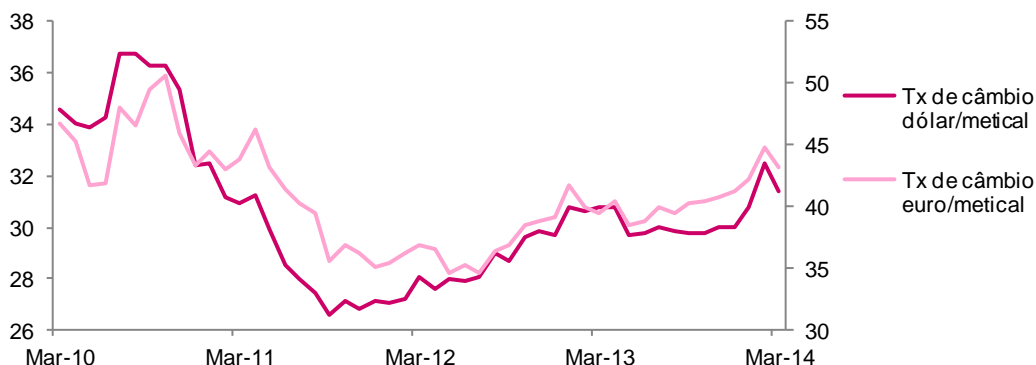
Fonte: Banco Mundial, International Finance Corporation (IFC) e The Heritage Foundation Economic Freedom

(a) Na escala de 1 a 189, em que 1 corresponde à posição mais favorável para as empresas em termos regulatórios

A introdução do novo regime cambial em 2011, em conjunto com o grande stock de reservas internacionais e a relativa flexibilidade do regime, contribuem para a redução do risco cambial na realização de investimento por parte de outros países em Moçambique.



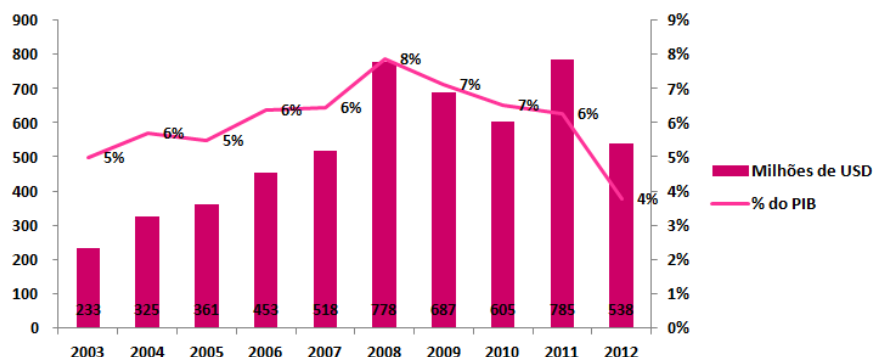
### Evolução do metical face ao euro e ao dólar



Fonte: Bloomberg

O apoio de países estrangeiros através de donativos, embora em 2012 tenham sido inferiores aos de 2011, constitui um elemento essencial na redução das necessidades de financiamento externo e tem contribuído para a estabilidade da confiança dos investidores internacionais.

### Evolução dos Donativos



Fonte: Banco de Moçambique e Banco Mundial

Prevê-se que a existência de vastos recursos naturais não explorados, como o carvão e o gás natural e os grandes investimentos em infraestruturas, energia, agricultura e também turismo permitirão um crescimento económico favorável em Moçambique. Este encontra-se maioritariamente associado a megaprojetos de exploração de recursos naturais, através dos quais se espera um maior potencial de investimento estrangeiro e que deverão implicar alterações significativas na economia moçambicana nos próximos anos.

### Valores Estimados para o investimento até 2020

	USD 10 <sup>9</sup>
Carvão, Gás Natural e Agricultura	>60
Energia	>15
Infraestruturas e Turismo	>15

Fonte: Eletricidade de Moçambique (EDM)



## 2.6. Relações Internacionais e Regionais

Moçambique tem procurado estabelecer relações quer regionais quer internacionais de forma a promover o desenvolvimento social e económico e facilitar a cooperação internacional com outros países ou nações.

A nível internacional, Moçambique integra a Organização das Nações Unidas (ONU) desde Setembro de 1975, assim como algumas das suas agências especializadas, nomeadamente o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

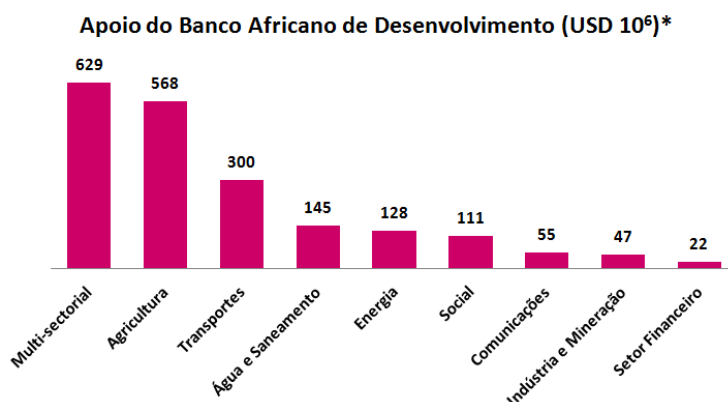
O Banco Mundial iniciou o seu apoio ao financiamento a projetos de investimento em Moçambique em 1985 e atingiu os 5.660 milhões de dólares em Dezembro de 2013, com um total de 121 projetos.

**Apoio do Banco Mundial por Setor (Número de Projetos)\***



Fonte: Banco Mundial  
\*Até Dezembro de 2013

Moçambique é membro do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), constituído por 54 países africanos. Desde o primeiro projeto em 1977, o banco tem apoiado significativamente o desenvolvimento de Moçambique em diversos setores, totalizando 81 projetos e um total de 2 mil milhões de dólares até Abril de 2013.



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

\*Até Abril de 2013

O BAD tem igualmente apoiado Moçambique através de um programa de trabalho económico e social abrangendo temas como a água e saneamento (preparação do Programa de Água Rural Nacional e estudo da descentralização no setor da água), desenvolvimento da agricultura, a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas, gastos públicos e Avaliação da Responsabilidade Financeira, microseguros para proteção da subsistência rural e o Plano de Ação para o Crescimento Verde em Moçambique. A estratégia do BAD encontra-se alinhada com a estratégia do governo moçambicano de reduzir a pobreza e responder aos desafios de desenvolvimento através de uma melhoria da competitividade do setor privado e apoio ao crescimento.

Moçambique entrou em 1995 para a Organização Mundial do Comércio (OMC) que supervisiona e liberaliza o comércio internacional entre os vários países e nações. Foi também admitido na Commonwealth Britânica em 1995, uma organização composta por 53 países membros independentes que faziam parte do antigo Império Britânico, com a exceção de Moçambique e Ruanda, evidenciando a importância das relações com a África do Sul. Todos os seus membros são considerados iguais em "status" e promovem valores e objetivos comuns nomeadamente a democracia, direitos humanos, liberdade individual e paz mundial.

Moçambique faz parte do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), reunindo 120 países (em 2012), no geral em desenvolvimento, que não estão formalmente alinhados a favor ou contra as grandes potências mundiais.

A nível regional, Moçambique faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da União Africana (UA) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A SADC foi criada em 1992 perante o Tratado de Windhoek e é constituída por 15 membros: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. A SADC é uma comunidade sub-regional comprometida na integração regional e erradicação da pobreza na África Austral através do desenvolvimento económico e da promoção da paz e segurança.



### Países da SADC



A nível comercial, foi criada em Agosto de 2008 uma Zona de Comércio Livre na SADC, uma das maiores no continente africano e que visa liberalizar o comércio de bens e serviços entre os vários membros, assegurar a produção eficiente, contribuir para aumentos de investimento doméstico, transfronteiriço e estrangeiro e, por último, melhorar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região.

A Zona de Comércio Livre contribui para a criação de um mercado mais abrangente, o aumento do comércio, o crescimento económico e a criação de emprego. Dados do International Trade Center indicam que, em 2013, as exportações intra-SADC atingiram os 14,35 mil milhões de dólares (7,12 mil milhões de dólares em 2001) enquanto as importações registaram 26,67 mil milhões de dólares (5,22 mil milhões de dólares em 2001).

A União Africana (UA) foi criada em 2002 e é constituída por 54 países africanos. Baseada no modelo da União Europeia (UE), a UA promove a integração regional, o desenvolvimento económico africano e valores como a democracia e direitos humanos. Esta organização promove especialmente o investimento estrangeiro por meio da “Nova Parceria para o Desenvolvimento de África”. Apesar de estar ainda numa fase muito inicial do seu desenvolvimento, o seu objetivo final será a concretização de uma comunidade económica que integre todos os países africanos, assemelhando-se no longo prazo à União Europeia.

### Países da União Africana





A CPLP é uma organização internacional criada em 1996, formada por 8 países lusófonos: Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Sedeada em Lisboa, a CPLP tem como objetivos a promoção de interesses comuns, a cooperação económica, social e cultural e a difusão da língua portuguesa.

**Países da CPLP**



Para além de pertencer à CPLP, Moçambique integra ainda a Organização da Conferência Islâmica (OCI) e a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Por um lado, a OCI reúne 56 estados e promove a solidariedade islâmica entre os estados-membros e, por outro, a OIF integra igualmente 56 estados, promovendo a diversidade cultural dos países de língua francesa.

O Acordo de Cotonou, assinado a 23 de junho de 2000 em Cotonou, Benim, constitui um acordo comercial e de cooperação entre a UE e os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), criando um impacto em mais de 100 países. Este acordo visa reduzir e erradicar a pobreza, contribuir para o desenvolvimento sustentável e permitir a integração dos países da ACP no contexto mundial.

Em junho de 2009, Moçambique assinou igualmente com a União Europeia o Acordo de Parceria Económica (APE) interino que visa assegurar o acesso do país ao mercado europeu até que se alcance um memorando definitivo entre a África Austral e a Europa. Este acordo permitiu a liberalização de 80,5% dos bens, à exceção de laticínios, produtos à base de carne e peixe, produtos de madeiras bem como alguns produtos químicos e minerais. Também o Botswana, Lesoto e Suazilândia assinaram o acordo.

Por último, é importante referir o Programa Indicativo Nacional (PIN) por parte da União Europeia que totaliza um orçamento de 622 milhões de euros para ajuda em Moçambique, montante que foi aumentado em 12,11 milhões de euros pela Comunidade Europeia perante as necessidades imprevistas decorrentes do aumento dos preços. Este programa visa manter a estabilidade macroeconómica, apoiar as infraestruturas de transporte e integração económica regional e ainda promover a agricultura e desenvolvimento rural. Para além disto, estão previstas medidas do governo a favor dos direitos humanos, justiça e combate à corrupção.

Concluindo, Moçambique encontra-se numa posição muito favorável em termos de relações dentro da SADC e com os restantes países do mundo, prevendo-se a gradual eliminação de barreiras



internacionais, o que poderá ter um impacto considerável no desenvolvimento económico e social de Moçambique.

### 3. Apostas de desenvolvimento do país

#### 3.1. Programas de desenvolvimento económico e social de médio prazo

Empenhado no combate ao fraco nível de desenvolvimento económico e social do país, o Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014 é a estratégia de médio prazo do Governo de Moçambique que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), focado em alcançar o crescimento económico inclusivo e a redução da pobreza e vulnerabilidade no país. Este programa que dá continuidade ao PARPA II que vigorou entre 2006 e 2009 (estendido até 2010) tem como principal objetivo reduzir o índice de incidência da pobreza dos atuais 54,7% para 42% em 2014.

Previsto afetar 86% das despesas de investimento do Orçamento de Estado de 2014, o âmbito alargado da atuação do programa abrange as seguintes dimensões sociais:

- O aumento da produção e produtividade Agrária e Pesqueira
- A promoção do emprego
- O desenvolvimento Humano e Social
- A boa governação
- A estabilidade macroeconómica

Na vertente do desenvolvimento humano e social, o Plano Económico e Social (PES) para 2014, pretende concretizar os compromissos do PARP para o ano em curso. Entre os principais objetivos do PES destacam-se:

- Reduzir a pobreza extrema e a fome, tendo como principal meta “reduzir em metade até 2015, a percentagem de pessoas que vivem em pobreza extrema ou que sofrem de fome”.
- Atingir o ensino Primário Universal por forma a “garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluam um ciclo completo de ensino primário”.
- Promover a igualdade de géneros e a autonomia das mulheres com vista a “reduzir até 2015, as disparidades de género em todos os níveis de ensino, priorizando os níveis primário e secundário”.
- Reduzir a mortalidade infantil com vista à redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.
- Melhorar a saúde materna com o objetivo de “reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna”.





- Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças com a meta de travar o seu alastramento até 2015, começando a inverter a tendência atual.
- Garantir a sustentabilidade ambiental com o objetivo de integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas setoriais e inverter a perda dos recursos ambientais. Reduzir para metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.

**Metas para os principais indicadores sociais no âmbito do PES**

Áreas	Indicadores	PES 1S 2013	Meta 2014
Saúde	Cobertura das vacinações completas a crianças menores de 12 anos	52%	81%
	Cobertura do planeamento familiar	11%	27%
	Taxa de despiste da tuberculose	26%	75%
Educação	Taxa líquida de escolarização na 1ª classe	77%	77%
	Taxa líquida de escolarização da rapariga	74%	76%
	Rácio aluno professor no EP1	63%	61%
Trabalho	Postos de emprego criados	106 854	183 256
Água	Número de fontes de água operacionais nas zonas rurais	19 306	19 845
	Novas ligações domiciliárias	18 618	46 618
	Taxa de cobertura de água nível nacional	-	56%
Energia	Novas ligações domiciliárias rede nacional	50 778	100 000
	Novos beneficiários energia renováveis	69 332	1 580 350
	Número de sedes distritais ligados a energia elétrica da rede nacional	10	9
	Número total distritos eletrificados	112	128
	População com acesso a energia elétrica da rede nacional e renováveis	39%	42%

Fonte: Plano Económico e Social 2014

Atendendo a que a produção familiar de culturas alimentares básicas (milho, mandioca, arroz, feijão) com recurso a técnicas rudimentares de baixo retorno, constitui quase 90% da produção total e que a pesca artesanal é responsável pela produção de 85% do pescado para consumo interno; a promoção da produção agrária e piscatória consubstancia-se numa das prioridades no combate à pobreza no âmbito do PARP.

Os seus objetivos traduzem-se na melhoria e no aumento do acesso aos fatores de produção, facilitação do acesso aos mercados, melhoria da gestão sustentável de recursos naturais (terras, águas, pescas e floresta) e fortalecimento das instituições agrárias. A sua implementação anual através do PES também se enquadra num documento mais abrangente o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) que tem um horizonte temporal de longo prazo (2011-2020) e que estabelece as seguintes metas de acordo com os objetivos atrás definidos:

Na vertente da produtividade, produção e competitividade na agricultura:

- Adotar tecnologias melhoradas pelos agricultores para duplicar a produção



- Aumentar a capacidade dos serviços de extensão para disponibilizar com eficácia tecnologias e práticas avançadas para a produção agrária e para o melhoramento da qualidade da dieta
- Reforçar o sistema de investigação para desenvolver ou adaptar e disponibilizar tecnologias e práticas agrícolas avançadas
- Melhorar a disponibilidade e a gestão de água para a produção agrária
- Melhorar a fertilidade dos solos
- Aumentar a mecanização agrária e o uso de tecnologias eficientes
- Incentivar a participação dos empreendimentos de produção de culturas orientadas para o mercado na produção de alimentos
- Aumentar a disponibilidade de carne e ovos

Na vertente dos serviços e infraestruturas para maior acesso ao mercado

- Melhorar a infraestrutura rural (rede de estradas, instalações de armazenamento, mercados)
- Melhorar a capacidade de regulamentação e cumprimento dos padrões e garantia de qualidade dos produtos agrícolas e animais
- Acrescentar valor aos produtos agrícolas e animais
- Melhorar a gestão pós-colheita
- Melhorar a capacidade dos atores ao longo de toda a cadeia de valor (agricultores, processadores de produtos agrários, comerciantes) para participarem nos mercados doméstico e internacional
- Reforçar a capacidade do setor privado para fornecer insumos agrários (sementes, fertilizantes, agroquímicos, drogas e medicamentos para uso veterinário, instrumentos, implementos e maquinaria)
- Políticas consistentes com os objetivos do setor
- Reforçar o sistema de informação agrária
- Reforçar as políticas de apoio aos mercados de bens de produção

Na vertente do uso sustentável e aproveitamento integral dos recursos terra, água, florestas e fauna

- Melhorar as técnicas e práticas de uso dos recursos naturais – terra, água, florestas e fauna



- Melhorar a capacidade de formulação de políticas e programas relacionados com a terra, água, florestas e mudanças climáticas
- Melhorar a administração da terra
- Recursos florestais usados de forma sustentável
- Aumentar a capacidade das comunidades rurais de prevenir e controlar as queimadas florestais
- Melhorar a capacidade das comunidades rurais e dos funcionários do setor da fauna bravia para uma gestão sustentável e diminuição do conflito homem-fauna bravia
- Melhorar a capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas

Na vertente das instituições agrárias fortes

- Reforçar as organizações de agricultores
- Melhorar o capital humano
- Reforçar a coordenação das instituições agrárias e de segurança alimentar e nutricional

## 3.2. Projetos Estruturantes em Curso ou Planeados

### 3.2.1. Megaprojetos

As recém-descobertas reservas de carvão e gás e a abundância de recursos naturais apresentaram Moçambique com uma plataforma de desenvolvimento económico de grande potencial, o qual não passou despercebido aos olhos dos investidores internacionais, que têm vindo a fazer afluir montantes muito significativos de investimento direto estrangeiro para o país.

A ausência de infraestruturas produtivas que permitam a exploração dos ricos recursos minerais e hídricos, entre outros, conduziram à necessidade de se realizar projetos de investimento de grande envergadura (habitualmente superiores a mil milhões de dólares), que ficaram conhecidos por Megaprojetos. Nesta aceção, os megaprojetos correspondem a investimentos de capital-intensivo, destinados à produção de um só produto ou família de produtos, destinado em grande parte para a exportação e detidos maioritariamente por operadores estrangeiros.

Segundo o FMI, estão presentemente em funcionamento seis megaprojetos nos setores da energia e da indústria extrativa. Adicionalmente vários outros projetos estão atualmente em desenvolvimento ou já planeados e concessionados (ver quadro).



Table 1. List of Mega-Projects

Company name	Sector	Location (city, province)	Capacity/reserves	Construction	Production
<b><u>Current and extensions under consideration</u></b>					
1 Hydroelectrica Cahora Bassa (HCB)	electricity generation	Cahora Bassa, Tete			
HCB			2,075 MW	1995-97	1998
HCB_North			1,240 MW		
2 Mozal	aluminium smelter	Beluluale Industrial Park, Maputo			
Mozal I			245 thousand tons	1998-2000	2000
Mozal II			245 thousand tons	2001-2003	2003
Mozal III					
3 Sasol	natural gas	Pande and Temane gas fields, Inhambane	154 GJ	2002-2004	2004
50% expansion			183 GJ	2011	ramp up by 2016
4 Kenmare	heavy sands	Moma, Nampula		2004	2007
5 Vale (CVRD)	coal	Moatize mine, Tete	25 million tons per year	2007-2011	2011
6 Rio Tinto	coal	Benga mine, Tete	38 million tons per year		2012
<b><u>Under consideration</u></b>					
1 Mphanda Nkuwa	electricity	Zambesi river, Tete	1500 MW	2011-2015	
2 Anadarko (US), ENI (Italy), Statoil (Norway), Petronas (Malaysia)	natural gas	Rovuma basin	10 trillion cubic feet 15 trillion cubic feet		
3 JSPL	coal	Changara district, Tete	10 million tons		2012-2016 ramp up
4 Corridor Sands	heavy sands	Chibuto, Gaza province			

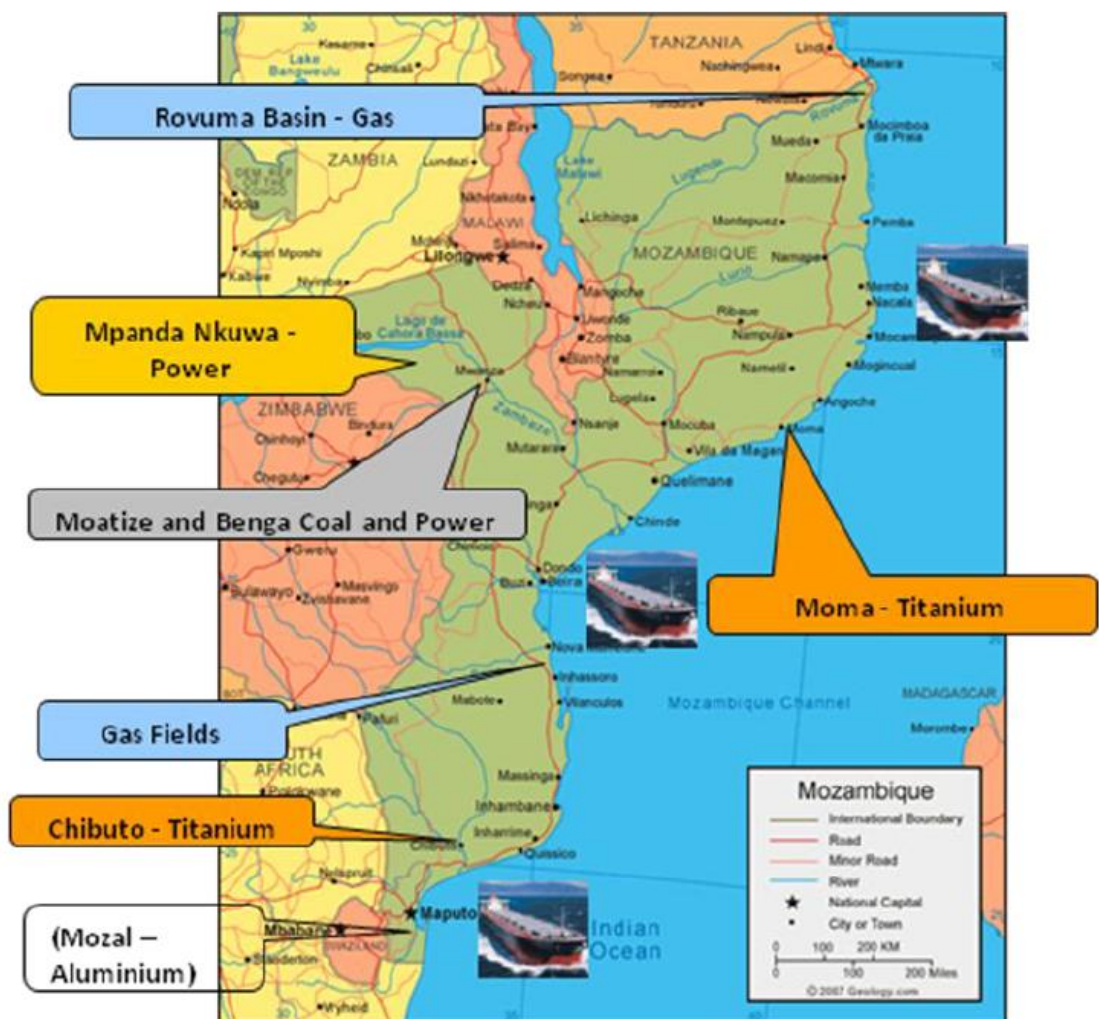
Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

A importância do impacto dos megaprojetos sobre o crescimento (atual e prospetivo) do PIB e das receitas do estado são difíceis de estimar. De acordo com o FMI, o contributo dos megaprojetos para o crescimento económico no período de 2003-10 rondou os quatro pontos percentuais, sem contar com os efeitos colaterais positivos que o dinamismo imprimido por estes projetos tem naturalmente vindo a exercer sobre os demais setores da economia. Contudo, o mesmo organismo refere que a manutenção deste tipo de estímulo económico depende da implementação contínua de novos projetos, algo que é dificultado pelas limitações impostas pela insuficiência de infraestruturas, nomeadamente de transportes e logística, potencialmente condicionando a operacionalidade e rendibilidade de investimentos futuros.



Quanto às receitas públicas associadas, elas tenderão a ser menos relevantes numa primeira fase, uma vez que o governo moçambicano usou a concessão de vantagens fiscais significativas para atrair empresas sólidas nas vertentes técnica e financeira e também para exigir algumas contrapartidas importantes, nomeadamente a incorporação de capital e empresas moçambicanas na fileira produtiva associada aos megaprojetos, com um impacto potencial significativo, não só ao nível económico, mas também nas vertentes tecnológica, de gestão, de know-how e de networking.

### Localização geográfica dos Megaprojetos



### 3.2.2 Oportunidades de negócio

Atendendo ao processo de desenvolvimento do país, existem várias outras oportunidades de negócio nos principais setores de atividade como a agricultura, indústria, energia, infraestruturas e logística que não se enquadram na categoria anterior de megaprojetos. Segundo o Centro de Promoção de



Investimentos moçambicano (CIP) encontram-se discriminados nos seguintes quadros os projetos planeados abertos ao investimento.

### 3.2.2.1. Agricultura

Este setor de atividade oferece um leque alargado de oportunidades, atendendo ao crescimento das exportações de produtos agrícolas como o milho doce, flores, citrinos, castanha de caju, pimento e paprika para mercados competitivos na Europa. O vale do Zambeze destaca-se como uma das localidades privilegiadas para o desenvolvimento destes projetos.

#### Oportunidades de negócio na área da agricultura e das energias renováveis

Projeto	Localização	Montante destinado ao projeto (USD)	Entidade Responsável
Plantação de arroz	Províncias da Zambézia, Nampula, Inhambane e Gaza	615.355.000	Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI)
Projeto para sementes de batata	Províncias de Sussundenga, Bárue, Mussorize, Tsangano e Lichinga	16.072.000	Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI)
Cana de açúcar para produção energética	Província de Manica	25.000.000	Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (BAGC)
Produção de caju	Províncias do Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane	147.220.500	Instituto Nacional do Caju
Bioetanol	Província de Sofala	1.400.000	Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI)
Produção de Biodiesel	Província de Sofala	800.000	Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (BAGC)
Plantação de banana	Província de Manica	5.700.000	Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (BAGC)
Produção de citrinos	Província de Manica	5.700.000	Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (BAGC)
Frutos tropicais e produtos hortícolas	Vale do Zambeze	3.700.000	Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (BAGC)

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos

### 3.2.2.2. Indústria

A indústria é um dos setores de atividade que mais desafios oferece pelo seu contributo na criação de valor na economia moçambicana. A indústria transformadora, a agro-indústria, o alumínio, o aço, o ferro e o carvão são as que mais se destacam nas propostas de investimento.

**Oportunidades de negócio na indústria**

Projeto	Localização	Montante destinado ao projeto (USD)	Entidade Responsável
Cimentos	Província de Tete (Moatize)	17.637.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Fábrica de Coque	Província de Tete	141.754.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Produção de Alumínio	Província de Tete	1.854.000.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Produção de Biodiesel	Província de Nampula (Nacala)	149.000.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Siderurgia (aço)	Província de Sofala (Dondo)	29.000.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Siderurgia (ferro)	Província de Sofala (Dondo)	52.000.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Carvão	Província de Manica (Honde)	39.200.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Cimentos	Província da Zambézia	1.000.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria
Produção de Alumínio	Província de Sofala (Beira)	800.000	Ministério da Indústria e do Comércio e Direção Geral da Indústria

Fonte : Centro de Promoção de Investimentos

**3.2.2.3. Infraestruturas**

Atendendo ao processo de desenvolvimento de Moçambique, as infraestruturas ganham um papel crucial na competitividade da economia por via da mitigação de condicionantes estruturais importantes. A construção das acessibilidades como estradas e pontes, assim como armazéns e parques tecnológicos reveste-se da maior relevância e constituem boas oportunidades de negócio.

**Oportunidades de negócio nas infraestruturas**

Projeto	Localização	Montante destinado ao projeto (USD)	Entidade Responsável
Construção do porto de Techobanine	Província de Maputo (Matutuine)	500.000.000	Ministério dos transportes e das comunicações e Direção geral da Economia e do Investimento
Construção do parque industrial de Moatize	Província de Tete (Moatize)	12.500.000	Centro de Promoção do Investimento
Porto Pesqueiro da Beira	Província de Sofala (Beira)	21.000.000	Ministério dos transportes e das comunicações e Direção geral da Economia e do Investimento
Construção do Porto Seco de Mocuba	Província da Zambézia (Mocuba)	5.000.000	Ministério dos transportes e das comunicações e Direção geral da Economia e do Investimento
Plataforma logística intercontinental de Pemba	Província do Cabo Delgado (Pemba)	450.000.000	Ministério dos transportes e das comunicações e Direção geral da Economia e do Investimento
Barragem de Pavaa	Província de Sofala	600.000.000	Ministério das obras públicas e habitação
Barragem de Corumana Fase II	Província de Maputo (Moamba)	25.000.000	Ministério das obras públicas e habitação
Barragem de Sussundenga	Província de Manica (Sussundenga)	350.000.000	Ministério das obras públicas e habitação
Barragem de Chimezi	Rio Chimezi, Manica Province	120.000.000	Ministério das obras públicas e habitação

Fonte : Centro de Promoção de Investimentos

### 3.3. Infraestruturas

Por forma a garantir que a economia continua a apresentar taxas robustas de crescimento torna-se imperioso estruturar, desenvolver, ampliar e interligar o sistema de infraestruturas, que é





consensualmente tido como o principal fator constritor do aproveitamento adequado do potencial produtivo de Moçambique. Sem forma de escoar os produtos, muitos dos quais produzidos no interior (sobretudo nos setores agrícola e mineral) será impossível manter níveis de expansão sustentáveis e garantir o progresso social que, a prazo, permita erradicar a pobreza e criar prosperidade.

De acordo com um estudo do Banco Mundial (*Mozambique's Infrastructure – A continental Perspective – 2011*), para acomodar a procura por infraestruturas inerente ao dinamismo da economia, seria preciso um investimento anual de cerca de 25% do PIB, o que compara com os 10% realizados nos últimos anos da década de 2000 e ilustra bem a magnitude do esforço em causa. Mas o mais importante é que se esse esforço for bem-sucedido terá, nas estimativas do referido relatório, um impacto positivo em cerca de 2,6 pontos percentuais no crescimento anual do PIB por habitante nos próximos anos. O problema é que os investimentos infraestruturais, especialmente num país com elevadas carências neste domínio, exigem a disponibilidade de avultadas quantidades de capital, condição que colide com os limitados recursos financeiros do estado. Não obstante a natureza de bem público das infraestruturas, isto implica a necessidade de participação do setor privado no cofinanciamento, o que naturalmente se justifica pela criticidade destes projetos no retorno do investimento empresarial, nomeadamente aquele associado aos megaprojetos. Outro problema correlacionado diz respeito ao significativo custo de manutenção, pelo que o modelo de construção e exploração das infraestruturas deve ser de modo a garantir níveis adequados de manutenção.

A matriz da rede de transportes está estruturada transversalmente, Oeste-Este, e tem como principal objetivo possibilitar o transporte dos produtos das principais explorações agrícolas e mineiras aos portos marítimos, a partir dos quais podem ser exportados.

As infraestruturas energéticas e de comunicação e informação têm maior expressão junto das maiores concentrações populacionais, ou seja, no sul e centro de Moçambique.

### 3.3.1. Sistemas de transporte

Com uma situação geográfica privilegiada, Moçambique surge como rota natural de expedição para os seus vizinhos sem acesso ao mar, como o Zimbabué, o Maláui e a Zâmbia. A infraestrutura de transporte central estende-se entre o porto da Beira e o Zimbabué. A rede de transportes do sul liga o porto de Maputo à região noroeste da África do Sul, Suazilândia e o sul do Zimbabué. Estes dois *clusters* de transportes são multimodais, bastantes funcionais, mas não estão interligados entre si. Fazer esta integração é um dos projetos mais importantes e urgentes neste domínio, como é o da ligação entre a região de Tete – rica em minérios – e o porto de Nacala, que sendo uma infraestrutura de águas profundas, permite potenciar materialmente a capacidade de expedição do carvão produzido no interior do país. A este respeito e não obstante os avultados custos envolvidos, este projeto em particular deverá estar concluído na segunda metade de 2014, o que constitui um bom exemplo da capacidade de realização de Moçambique de projetos estruturantes para o desenvolvimento da sua economia.

- Rede Rodoviária

A rede rodoviária de Moçambique constitui um dos principais fatores limitativos à sustentação das elevadas taxas de crescimento económico. Com uma das densidade de estrada mais baixas por área



terrestre da região do sul de África e com vastas áreas rurais sem acesso rodoviário, torna-se mais difícil modernizar a agricultura, promover o comércio e a indústria. Para além da escassez de estradas (rede total com extensão de 30 331 Km), existe também um problema de qualidade, pois excetuando a rede primária, muitas das vias mais periféricas têm pouca qualidade e apenas 20% são pavimentadas. Esta circunstância requer investimentos expressivos, quer na construção de novas ligações, como na reabilitação e manutenção das já existentes. Posto isto, há que reconhecer as enormes melhorias conseguidas nos últimos anos. Os principais centros urbanos dispõem de boas condições de conectividade e os principais eixos Oeste-Este também. Por outro lado, reconhecendo as insuficiências neste domínio, o estado moçambicano criou um fundo para as estradas cuja função é angariar e gerir financiamento para a manutenção da rede viária, esforço que nunca é excessiva tendo em conta a extensão territorial do país e a sobre utilização de algumas das vias mais críticas. Como é o caso para as restantes componentes infraestruturais, Moçambique precisa de financiamento privado e/ou multilateral para fazer face as suas mais básicas e imediatas necessidades rodoviárias.

- Rede Ferroviária

A rede ferroviária de Moçambique, que se estende por 4 787 km, está estruturada ao longo de três corredores:

- Corredor de Nacala: liga a Província de Tete ao porto de Nacala, atravessando o Maláui, tendo em vista, essencialmente, promover uma via de expedição do carvão da região de Tete.
- Corredor da Beira: esta é a mais antiga via ferroviária e liga a cidade da Beira à capital do Zimbabué, Harare, e também liga as explorações de carvão de Tete ao porto da Beira.
- Corredor de Maputo: inclui várias linhas que ligam Maputo e o seu porto à África do Sul, Zimbabué e Swazilândia.

Em termos genéricos, o sistema ferroviário moçambicano compara bem com os países circundantes e é a principal alavanca do desenvolvimento das indústrias extrativas, cuja exploração se situa no interior. Acresce que o seu potencial de interligação dos países vizinhos é muito significativo e virtuoso para o desenvolvimento da economia no seu todo. A importância económica do transporte ferroviário, que para muitas atividades é a única modalidade financeiramente viável, tem atraído o interesse privado, nomeadamente das empresas multinacionais ligadas à produção de carvão e alumínio, o que augura um rápido desenvolvimento nos anos vindouros. Neste sentido, em 2012, o governo moçambicano concedeu à Vale Moçambique (que pertence ao grupo brasileiro de exploração de carvão), em parceria com a empresa estatal Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (com 20%), a construção do caminho-de-ferro entre Tete e Nacala, cuja conclusão está prevista para 2014.

O principal fator limitativo da expansão dos caminhos-de-ferro é a sua falta de viabilidade económica no segmento de passageiros, situação comum em África, o que torna mais difícil aumentar a capilaridade da rede de estações, que a prazo constituiria uma rampa de desenvolvimento, como a história económica ilustra ter sido o caso em tantos outros países.



A Estação de Maputo, projetada pelos arquitetos Alfredo Augusto Lisboa de Lima, Mário Veiga e Ferreira da Costa foi construída entre 1913 e 1916

- Rede portuária

Moçambique tem sete portos, seis dos quais estão concessionados a operadores privados, o que se tem revelado uma boa experiência, quer ao nível da funcionalidade, como do ponto de vista dos preços praticados. Com efeito, a eficiência dos principais portos moçambicanos compara bem com os portos dos países vizinhos, mas é em termos de competitividade que se destacam, já que batem quase todos os portos da região.

Os três principais portos são: Maputo, Beira e Nacala, todos com ligações ferroviárias dedicadas, como já vimos. O porto de Maputo é o que revela maior índice de atividade e maior diversidade de carga expedida e recebida. O porto de Nacala, por ser de águas profundas, será o principal ponto de expedição de carvão e de cargas volumosas, enquanto o porto da Beira, mais limitado por não ser de águas profundas, necessita de investimentos significativos para cumprir o seu potencial estratégico de via de saída do centro do país e do Zimbabué. Moçambique tem vindo a expandir a capacidade dos seus portos para fazer face à explosão de procura. Esta questão assume particular acuidade no caso do setor do gás natural, cujo arranque efetivo da produção e subsequente exportação, que se irá verificar a partir de 2018-2019, torna o desenvolvimento do porto de Pemba, na região de Cabo Delgado, de importância central.

- Aeroportos

Moçambique dispõe apenas de um número reduzido de aeroportos para o seu vasto território, mas isso não tem impedido fortes e consistentes ritmos de crescimento do tráfego de passageiros, ainda que



partindo de uma base muito baixa e para níveis manifestamente insuficientes para acomodar as necessidades de desenvolvimento do país e do turismo, em particular.

Para fazer face a estas limitações pretende-se realizar a construção de um novo aeroporto internacional em Nacala e a reconfiguração e melhoria de outras três infraestruturas aeroportuárias (Tete e Pemba). O aeroporto internacional de Maputo foi reformulado com vista à ampliação da capacidade de passageiros e carga.

Para além das infraestruturas físicas, é fundamental aumentar e modernizar as frotas de aeronaves, objetivo que poderia ser grandemente facilitado pela entrada de novos operadores.

### 3.3.2. Energia

Os gasodutos, com uma extensão total de 972 Km, são usados para transportar e distribuir o gás por todo o país e para os países vizinhos, nomeadamente a África do Sul e o Zimbabué. Também o transporte marítimo será usado para exportar o Gás Natural Liquefeito (GNL) para países como a China, Índia, Japão e Coreia do Sul, que aumentaram significativamente o consumo deste combustível nos últimos tempos. O país possui ainda um oleoduto de produtos refinados com uma extensão de 278 Km. A concretização de todo o seu potencial energético permitirá a Moçambique ser uma potência na produção e fornecimento energético da região em que está inserido.

Sendo já um exportador líquido de eletricidade e carvão (matéria-prima muito utilizada na produção de energia termoelétrica), o potencial energético de Moçambique é imenso, sobretudo ao nível das energias renováveis, relativamente às quais o país apresenta métricas muito interessantes, devido à sua capacidade – já explorada e por explorar – de produção de energia hidroelétrica. Ao nível das infraestruturas já existentes, naturalmente, destaca-se a barragem de Cahora-bassa, que é responsável por uma parte muito significativa da produção total de energia elétrica. Contudo, a preponderância desta infraestrutura deverá começar a reduzir-se à medida que forem sendo concluídos os múltiplos projetos em curso de construção de infraestruturas de energia hidroelétrica e termoelétrica, neste último caso aproveitando a forte expansão da atividade doméstica de extração de carvão.

Em termos da infraestrutura de fornecimento de energia, o sistema de distribuição de eletricidade de Moçambique é considerado muito fiável para os padrões da África subsariana. O problema continua a ser a exiguidade do segmento populacional com acesso permanente a energia elétrica, algo que decorre da falta de capilaridade da grelha. Isto é um fenómeno naturalmente mais pronunciado nos meios rurais, mas não deixa de ter também expressão significativa nos centros urbanos. A este respeito, o plano de eletrização do país, iniciado em 2001 e que está previsto perdurar até 2019, gerou já avanços substanciais e mais se esperam nos anos vindouros.

### 3.3.3. Telecomunicações

O setor das telecomunicações de Moçambique tem vindo a ser progressivamente liberalizado. Com efeito, apesar do segmento de telefone fixo contar com um único operador pertencente ao estado, no segmento móvel, dois operadores privados disputam o mercado com um operador público. Seguindo a tendência internacional, assiste-se a uma estagnação da rede fixa e um rápido crescimento da rede móvel celular que cobre, neste momento, todas as cidades e localidades principais. Este crescimento



acentuado traduz-se numa taxa de penetração das comunicações móveis de 35% da população, o que tendo em conta que metade dos moçambicanos são menores de idade, revela um grau de utilização elevado deste tipo de tecnologia, a qual assume já grande preponderância em áreas cruciais para o bem-estar quotidiano, como seja a possibilidade de efetuar o pagamento de um leque variado de serviços.

### 3.4. Desenvolvimento das importações e das exportações

Dados apresentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que as importações e as exportações moçambicanas tenham aumentado, respetivamente, 10,5% e 17,9% no ano de 2013 e prevê-se que continuem a aumentar, suportadas pelo desenvolvimento dos megaprojetos nacionais, nomeadamente o gás natural, carvão e alumínio.

#### Estimativas do FMI para o crescimento das importações e das exportações

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Importações	10,5%	13,5%	15,7%	5,4%	18,8%	0,2%
Exportações	17,9%	19,4%	22,7%	12,0%	12,9%	19,2%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Estima-se que as descobertas de gás natural feitas pelas empresas ENI e Anadarko em Moçambique, em 2012, correspondam a mais de 4,24 triliões de metros cúbicos, o equivalente às reservas de importantes produtores deste combustível como a Austrália e o Iraque. O investimento em infraestruturas necessárias à exploração e produção do Gás Natural Liquefeito (GNL) poderá atingir os 50 mil milhões de dólares. Estes dados permitem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prever que Moçambique poderá tornar-se na quarta maior reserva mundial de GNL a nível global e o segundo maior exportador em África, apenas atrás da Nigéria. De momento, ainda não se verificam exportações significativas mas prevê-se uma subida acentuada após a conclusão da unidade de processamento de gás natural em Moçambique no primeiro semestre de 2015.

Prevê-se que a exploração do GNL funcione como motor do crescimento económico de Moçambique que poderá beneficiar da sua localização estratégica para se tornar num dos maiores fornecedores de gás a países com consumo crescente deste combustível nomeadamente a China, Japão e Coreia do Sul.

Tendo em conta as recentes descobertas de reservas de carvão na província de Tete, prevê-se igualmente que o carvão desempenhe um papel relevante no crescimento das exportações. Os maiores projetos de exploração e produção situam-se em Moatize e Benga, na província de Tete. Esta possui uma das maiores reservas a céu aberto de carvão e de minério de ferro do mundo, esperando-se uma produção de carvão de aproximadamente 50 milhões de toneladas por ano até 2020, dos quais 30 milhões corresponderão a carvão metalúrgico.

Também o investimento da fundição de alumínio da Mozal, que já ultrapassou os 2,1 mil milhões de dólares, continuará a gerar exportações, ainda que, de acordo com as previsões, sejam ultrapassadas no longo prazo pelas exportações de GNL e carvão.

Assim, o investimento nestes recursos naturais e construção das infraestruturas (portos, linhas ferroviárias) necessárias para a sua exploração, produção, transporte e distribuição contribuirão para o



aumento das exportações moçambicanas, especialmente para os mercados asiáticos. Por outro lado, espera-se igualmente um aumento das importações no sentido em que o desenvolvimento dos megaprojetos implicará a importação de materiais necessários para a exploração e produção dos recursos naturais.

### 3.5. Recursos humanos, técnicos e científicos

#### 3.5.1. População e recursos humanos

Com o objetivo de dar uma resposta coordenada aos principais desafios da dinâmica demográfica relacionados com o rápido crescimento populacional e a conseqüente pressão sobre os serviços sociais e oportunidades de emprego, o Conselho de Ministros aprovou, em 1999, a Política da População (Conselho de Ministros, 1999). Em termos específicos, a política da população de 1999 visava alcançar os seguintes objectivos: (i) garantir a disponibilidade de informação fíavel e atualizada sobre a situação da população e do desenvolvimento humano do país; (ii) promover a integração sistemática dos fatores populacionais em todas as políticas e programas que visem a melhoria da qualidade de vida da população; (iii) promover a coordenação multissetorial e interdisciplinar na formulação e implementação de programas; (iv) proporcionar à população informação, formação e outros meios que permitam às mulheres, homens e adolescentes gerir a sua vida reprodutiva e sexual em conformidade com os seus desejos, capacidades individuais e sentido de responsabilidade cívica e social; e (v) contribuir para uma distribuição equilibrada da população, tendo em conta a necessidade duma urbanização equilibrada.

Seis anos após a sua aprovação, em 2005, o Governo, através do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), desenhou um Plano de Ação para a Implementação da Política de População (PAIPP). Com base nos objetivos centrais da Política de População, o PAIPP desenhou uma matriz onde consta uma lista de programas, ações, atividades, metas e indicadores a serem desenvolvidas e/ou alcançados para se atingirem os objetivos traçados, bem como as instituições responsáveis. O conjunto de estratégias e ações consubstanciadas no PAIPP podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Redução dos níveis de pobreza absoluta, através da incidência de ações na educação, saúde e desenvolvimento rural
- Crescimento económico rápido e sustentável, focalizando a atenção na criação dum ambiente económico favorável à ação do setor privado
- Desenvolvimento económico e social do país orientado, prioritariamente, para as áreas rurais e tendo em vista a redução dos desequilíbrios regionais e entre grupos populacionais
- Consolidação da paz e unidade nacionais, da justiça, da democracia e da consciência patriótica, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso e sustentado do país

Um estudo encomendado pelo MPD em 2010 concluiu que, apesar de alguns dos programas, ações e atividades constantes na matriz do PAIPP poderem ter sido implementados ou desenvolvidos, a política de população como um todo, não tinha sido implementada e recomendou a sua revisão, de modo a



ajustá-la ao contexto atual, bem como a sua simplificação para uma maior facilidade de implementação e avaliação. O início do processo de revisão da Política de População realizou-se no dia 18 de Novembro de 2013. Os participantes no encontro consideraram que as preocupações e os objetivos que nortearam a elaboração da política de 1999 continuam atuais, sobretudo porque a estratégia de sua implementação nunca chegou a ser elaborada. Foi também recomendada a revisão da Política de População no sentido de adequá-la ao atual contexto socioeconómico.

### 3.5.2. Recursos técnicos e científicos

Atendendo ao reconhecimento de que o domínio da ciência e da tecnologia constitui uma condição fundamental para a implementação de políticas de desenvolvimento no combate à pobreza, o Conselho de Ministros aprovou, em 26 de Março de 2006, o Plano Estratégico de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para a área de Ciência e Tecnologia (PDRHCT) que visa a formação de investigadores científicos ao nível de mestrados e de doutoramentos. O PDRHCT tem como horizonte temporal o ano de 2025, projetando-se a formação, de pelo menos, 6 595 indivíduos com o nível de mestrado e doutoramento para desenvolverem atividades em investigação científica. O objetivo do PDRHCT é minimizar a escassez de recursos humanos na área da investigação científica. Os estudantes universitários têm dado preferência às ciências sociais e humanas em vez das engenharias e ciências naturais, em parte por causa da fraca educação em ciências no ensino primário e secundário, mas também por causa da falta de procura de engenheiros e cientistas. Por isso, a estratégia de aumentar o número de alunos de ciências e engenharia tem em conta um equilíbrio correto entre a procura e a oferta.

A formação de investigadores altamente qualificados adaptados às condições e necessidades do país pressupõe a potenciação das instituições nacionais para o estabelecimento de programas de pós-graduação e consolidação dos já existentes. Para o efeito, o Governo, em parceria com outras entidades, disponibilizará os recursos necessários para assegurar o funcionamento adequado dos cursos, incluindo a retenção e motivação do corpo docente e a realização de investigação conducente à elaboração de trabalhos científico-académicos, como teses.

A operacionalidade do PDRHCT pressupõe a colaboração do governo com parceiros nacionais e internacionais, em parceria com instituições de ensino e de investigação nacionais e estrangeiras. De entre os países candidatos a formar parcerias com o governo moçambicano, destacam-se a África do Sul, China, Vietname, Japão, Índia, Canadá, Brasil, Suécia, Argentina, EUA, França, Inglaterra, Holanda, Espanha, Portugal, Argélia, Zimbabué, Tanzânia, Uganda, Malásia, Cuba, Suécia, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Argentina, Egípto, Marrocos, Israel, entre outros.

O governo moçambicano tem vindo a mostrar-se empenhado em promover a cooperação regional no uso da ciência e tecnologia para o desenvolvimento, na perspectiva de que muitos problemas podem ser melhor resolvidos através de uma forte cooperação regional. Alguns assuntos têm aspetos inerentemente regionais, como é o caso da segurança alimentar. Noutros casos, podem exigir recursos que ultrapassam a capacidade de resposta de um só país em desenvolvimento, em áreas como por exemplo o HIV/SIDA. Está assim previsto que Moçambique venha a criar parcerias ativas com os países vizinhos, as instituições regionais e de África em geral, e com parceiros financiadores para capitalizar os sucessos e o nível de aprendizagem, para benefício mútuo e equitativo. Esta medida incluiria o



estabelecimento de relações entre instituições relevantes na região e no continente para que os escassos recursos existentes possam ser capitalizados da melhor forma.

#### Projeção das Necessidades de Formação nas Áreas Prioritárias de C&T com base nos Indicadores de África

Ano	Áreas de Formação						Total
	Ciências Naturais	Engenharías & Tecnologia	Ciências Médicas	Ciências Agrárias	Ciências Sociais	Humanidades	
2010	99	132	132	132	82	82	660
2015	396	528	528	528	330	330	2638
2020	791	1055	1055	1055	660	660	5276
2025	989	1319	1319	1319	824	824	6595

Fonte : Plano Estratégico de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Área de Ciência e Tecnologia

Ainda no âmbito do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, destacam-se os seguintes instrumentos e programas:

- A Estratégia da Propriedade Intelectual
- O Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARP)
- A Agenda 2025
- A Estratégia da Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique

A Estratégia de Ciência Tecnologia e Inovação (CTI) de Moçambique harmoniza-se com as abordagens e iniciativas da SADC, União Africana e da NEPAD. Ao nível da SADC está a ser estabelecida uma entidade de ciência e tecnologia, com a finalidade de promover a cooperação regional.

## 4. Esforços em curso para o reforço da internacionalização do país

### 4.1. Condições legais para a internacionalização

#### Lei cambial nº 11/2009 de 11 de março

A Lei Cambial de Moçambique (Lei 11/2009 de 11 de março) com o respetivo regulamento (Decreto 83/2010 de 31 de dezembro) entrou em vigor em março de 2011 e revoga o anterior Regulamento da Lei Cambial, aprovado pelo Aviso nº 05/GGBM/96, de 19 de julho de 1996. Tem como objetivo regular os atos, negócios, transações e operações realizadas entre residentes e não residentes e que resultem, ou possam resultar, em pagamentos ou recebimentos sobre o exterior, ou que sejam qualificados por lei como operações cambiais.

- As operações cambiais classificadas como *transações correntes* não precisam de autorização do Banco de Moçambique. Por transações correntes entende-se qualquer pagamento ou recebimento do estrangeiro em moeda estrangeira que não seja classificada como transação de capitais,





nomeadamente pagamentos devidos em conexão com o comércio externo, remessas de valores para despesas familiares e outras obrigações correntes.

- Entre as *operações cambiais* que exigem aprovação prévia do Banco de Moçambique destacam-se:
  - Abertura e movimentação de contas de não residentes em moeda nacional
  - Abertura e movimentação de contas de residentes em moeda estrangeira, utilizadas em pagamentos internacionais
  - Concessão de crédito a residentes em moeda estrangeira
  - Operações em moeda estrangeira de liquidação de transações de capitais entre residentes e não residentes
  - Operações em moeda nacional de liquidação de transações de capitais de não residentes
  - Transferência e recebimento do exterior que não se trate de transações correntes
  - Importação, exportação ou reexportação de moeda estrangeira ou outros meios de pagamento
  
- Consideram-se as seguintes **operações de capitais**, sujeitas à autorização da autoridade cambial:
  - Investimento direto estrangeiro
  - Investimento imobiliário
  - Créditos ligados à transação de mercadorias ou à prestação de serviços
  - Empréstimos e créditos financeiros
  - Garantias
  - Empréstimos de carácter pessoal
  
- É livre a **entrada de moeda estrangeira** e outros meios de pagamento sobre o exterior, devendo os respetivos valores ser declarados sempre que ultrapassem os limites fixados na respetiva regulamentação.
  
- É livre para não residentes a **saída de moeda estrangeira** até ao limite declarado à entrada no país. A saída de moeda estrangeira é livre para residentes mediante o comprovativo da retenção e posse legítima.
  
- As entidades residentes ficam obrigadas a **declarar valores** e direitos adquiridos, gerados ou detidos no estrangeiro e devem remeter para o país as receitas de exportação de bens, serviços e investimento estrangeiro.

#### Lei de Investimento nº 3/93 de 24 de junho

A referida Lei, bem como o respetivo Regulamento aprovado pelo decreto nº 43/2009 de 21 de agosto, define o quadro legal do processo de realização de investimentos, nacionais e estrangeiros, elegíveis para as garantias e incentivos fiscais previstos.



- O valor mínimo de investimento direto estrangeiro para aceder a garantias e benefícios fiscais é de 2 500 000 meticais
- Os investimentos abrangidos visam:
  - A melhoria de infraestruturas económicas para exploração de atividade produtiva
  - A formação e desenvolvimento dos empresários
  - A criação de postos de emprego para trabalhadores nacionais e melhoria da mão-de-obra local
  - A promoção do desenvolvimento tecnológico e da produtividade e eficiência empresariais
  - O incremento e a diversificação de exportações
  - A redução e a substituição de importações
  - A melhoria do abastecimento do mercado interno e de satisfação das necessidades prioritárias das populações

Os projetos de investimento aprovados são elegíveis, em função da localização e/ou da atividade para a atribuição de garantias e benefícios no âmbito da proteção dos direitos de propriedade, da transferência de fundos para o exterior (lucros, dividendos, royalties, amortizações e juros de empréstimos e capital estrangeiro investido e reexportável) e ainda de incentivos fiscais e aduaneiros.

#### **Lei nº 4/2009 de 12 de janeiro- Código dos benefícios fiscais**

Os benefícios fiscais contemplados na lei implicam a isenção ou redução do montante a pagar dos impostos em vigor, com o fim de favorecer as atividades de reconhecido interesse público, bem como incentivar o desenvolvimento do país. Para além dos investimentos no âmbito da Lei de Investimentos, também gozam de benefícios fiscais os investimentos nas atividades de:

- Comércio e indústria desenvolvidos nas zonas rurais
- Comércio por grosso e a retalho em infraestruturas novas construídas para o efeito
- Indústria transformadora e de montagem

Os benefícios fiscais genéricos aplicam-se:

- Na importação de bens:
  - Isenção de pagamento de direitos aduaneiros e do IVA sobre os bens de equipamento, peças e acessórios.
- Sobre o rendimento:
  - Crédito fiscal por investimento durante cinco exercícios fiscais (-5% no IRPC em Maputo e -10% nas restantes províncias)
  - Amortizações aceleradas de imóveis novos ou reabilitados (+50% nas taxas fixadas para o cálculo das amortizações)



- Dedução à matéria coletável de IRPC, durante 5 anos, na modernização e introdução de novas tecnologias (até 10%) e na formação profissional de trabalhadores moçambicanos (até 5%)

Os benefícios fiscais específicos aplicam-se a investimentos que tenham por objeto:

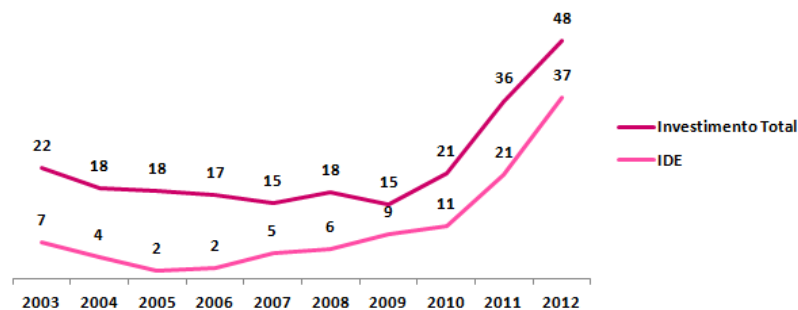
- Infraestruturas básicas (estradas, ferrovias, aeroportos, abastecimento de água e energia elétrica)
- Comércio e indústria nas zonas rurais
- Indústria transformadora e de montagem
- Agricultura e pescas
- Hotelaria e turismo
- Parques de ciência e tecnologia
- Projetos de grande dimensão (acima dos 12.500.000 de meticais)
- Zonas de rápido desenvolvimento, com recursos naturais mas sem infraestruturas e com fraca atividade económica
- Zonas francas industriais e zonas económicas especiais

## 4.2. Investimento

De acordo com os dados apresentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o peso do investimento total na economia moçambicana tem vindo a crescer, gradualmente impulsionado, essencialmente, pelo aumento do investimento IDE, consequência do aumento do interesse dos investidores internacionais com a descoberta de recursos naturais quase inexplorados. Esta relação é visível na elevada correlação entre o investimento total e o IDE em percentagem do PIB, como é observável no gráfico abaixo.

O FMI adianta ainda que prevê um aumento contínuo do peso do investimento total na economia de Moçambique nos próximos anos, apesar da ligeira queda prevista para 2018.

Comparação entre Investimento Total e IDE (% PIB)



Fonte: UN Conference and Trade Development e Fundo Monetário Internacional (FMI)

**Previsão para o investimento (em % do PIB)**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Investimento</b>	49%	50%	53%	54%	57%	55%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Por um lado, o investimento privado realizado em Moçambique, quer nacional quer estrangeiro, beneficia de um conjunto de incentivos fiscais e aduaneiros e também do direito à importação de capital, exportação de lucros e a reexportação do capital investido. Por outro lado, os investimentos públicos financiados por fundos do Orçamento do Estado, os investimentos de carácter social e ainda os investimentos nos setores do petróleo, gás e indústria extrativa de recursos minerais não beneficiam destes incentivos e são sujeitos a condições específicas.

São duas as organizações responsáveis pela análise e aprovação das propostas de investimento em Moçambique: o Centro de Promoção de Investimentos (CPI) e o Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA). Ambas atuam na área de promoção de investimentos, no entanto, o CPI desenvolve as suas atividades em todo o território nacional, enquanto o GAZEDA é responsável pelo desenvolvimento das Zonas Económicas Especiais (ZEE) e das Zonas Francas Industriais (ZFI) e aprovação de projetos de investimento nestas áreas.

As ZEE e ZFI gozam de benefícios fiscais e não fiscais aprovados por lei, visando o incentivo ao investimento. De entre estes benefícios, é de realçar a isenção de pagamento de direitos aduaneiros e do IVA na importação de equipamentos e materiais usados nas atividades nas ZEE e ZFI. Cabe então ao GAZEDA garantir o acesso a estes benefícios, contribuindo para o desenvolvimento económico de Moçambique. Atualmente existe uma ZEE em Nacala, uma ZFI em Beluluane, e ainda mais duas em processo de criação assim como empresas a operar em regime de Zona Franca Isolada.

O CPI é responsável por atrair e reter investimento direto nacional e estrangeiro substancial de forma a promover o crescimento económico e criação de riqueza, incluindo a criação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestruturas e o desenvolvimento social e económico.

É de salientar que Portugal assinou com Moçambique em 1993 um acordo para evitar a dupla tributação (ADT), o que permite uma redução das taxas de retenção de dividendos, juros e royalties. Moçambique estabeleceu igualmente acordos de ADT com outros países, nomeadamente a Itália, os Emirados Árabes Unidos e a África do Sul. Desta forma, o investimento estrangeiro beneficia de um enquadramento fiscal positivo, permitindo o crescimento do IDE.

Também a criação de uma Zona de Comércio Livre pela SADC em 2008 aumenta substancialmente as oportunidades de investimento em Moçambique e contribui para o desenvolvimento económico, quer de Moçambique, quer dos restantes países da SADC.

### 4.3. Comércio e Serviços

#### 4.3.1. Comércio



O comércio doméstico e internacional de bens e serviços pode ser crucial no combate à pobreza e permitir o crescimento económico sustentável de Moçambique. Têm sido vários os esforços de internacionalização de Moçambique através de pacotes e acordos de comércio livre.

Moçambique tem beneficiado da supervisão e liberalização do comércio internacional pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995. A OMC surgiu perante o Acordo de Marrakech e é responsável pela gestão dos acordos de comércio multilaterais, estabelecimento de acordos internacionais e supervisão da adoção dos acordos pelos membros da organização. A OMC procura igualmente resolver questões de controvérsia que possam surgir de forma a solucionar conflitos gerados pela aplicação dos acordos de comércio internacional.

Em Agosto de 2008, foi criada uma Zona de Comércio Livre na SADC, uma das maiores no continente africano e que procura liberalizar o comércio de bens e serviços entre os 15 membros e contribuir para o desenvolvimento económico. As estatísticas do International Trade Center indicam que as importações intra-SADC aumentaram de 7,12 mil milhões de dólares para 14,35 mil milhões de dólares, traduzindo-se num crescimento médio anual composto de 6%. Em termos de exportações intra-SADC, registou-se um aumento de 5,22 mil milhões de dólares para 26,67 mil milhões de dólares, o que correspondeu a um crescimento anual composto de 15%.

De salientar que o processo de remoção de tarifas de alguns produtos transacionados está ainda a decorrer, pelo que existe potencial para um aumento do comércio intra-SADC, nomeadamente em produtos têxteis e roupa e produtos de couro.

De acordo com a SADC, está igualmente prevista a implementação de uma União Aduaneira (prevista para 2013 mas não concretizada), um Mercado Comum (2015), uma União Monetária (2016) e uma Moeda Única (2018). Apesar da União Aduaneira não ter sido ainda estabelecida, é possível verificar alguns exemplos de cooperação no comércio nomeadamente o “Acordo do Açúcar”, que inclui medidas para a melhoria do apoio a produtores regionais de açúcar. No que diz respeito à criação de um Mercado Comum, alguns desafios têm surgido, nomeadamente a criação de uma estratégia para atender aos grupos mais vulneráveis, incluindo os pequenos negócios e as mulheres. Relativamente à União Monetária, os Bancos Centrais têm enfrentado alguns desafios ao nível de recursos humanos e financiamento, embora se tenham verificado progressos positivos. Finalmente, a Moeda Única está apenas prevista para 2018 e será inicialmente testada na moeda dos países que usam o Rande Sul-africano. Caso seja bem-sucedida, todos os restantes países da SADC estarão preparados para integrar o Rande como moeda oficial.



### Integração Económica na SADC



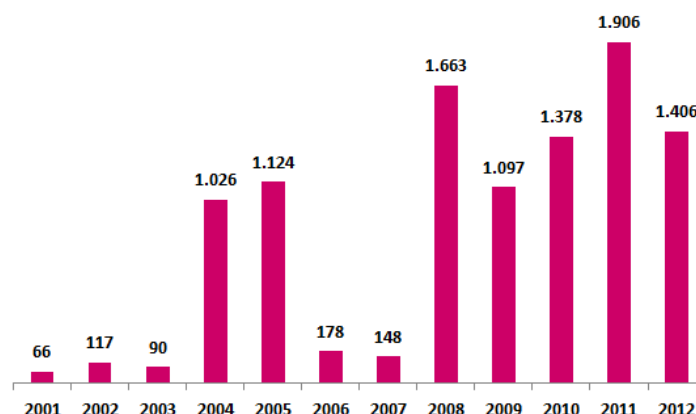
Fonte: Southern African Development Community (SADC)

Moçambique fez igualmente parte do acordo “Tudo Menos as Armas”, uma iniciativa da União Europeia em 2001 que concedeu aos Países Menos Desenvolvidos (PMD), incluindo Moçambique, o livre acesso à União Europeia sem quotas e impostos, no que diz respeito a todos os produtos exportados, com a exceção das armas e armamentos.

Entretanto em Junho de 2009, Moçambique assinou um Acordo de Parceria Económica (APE) interino juntamente com o Botswana, o Lesoto e a Suazilândia na relação entre a SADC e UE. Este acordo permite a Moçambique o acesso ao mercado da União Europeia, em regime de isenção de direitos sem limite de contingentes, até que se alcance um memorando definitivo entre a África Austral e a UE.

Este acordo comercial tem estimulado as trocas comerciais entre Moçambique e a UE, especialmente as exportações moçambicanas, que recentemente têm registado valores bastante superiores aos registados por exemplo entre 2001 e 2003. Em 2012, as exportações para a UE fixaram-se nos 1 406 milhões de dólares, um crescimento anual composto de 32% em relação a 2001.

### Exportações de Moçambique para a UE (USD 10<sup>6</sup>)

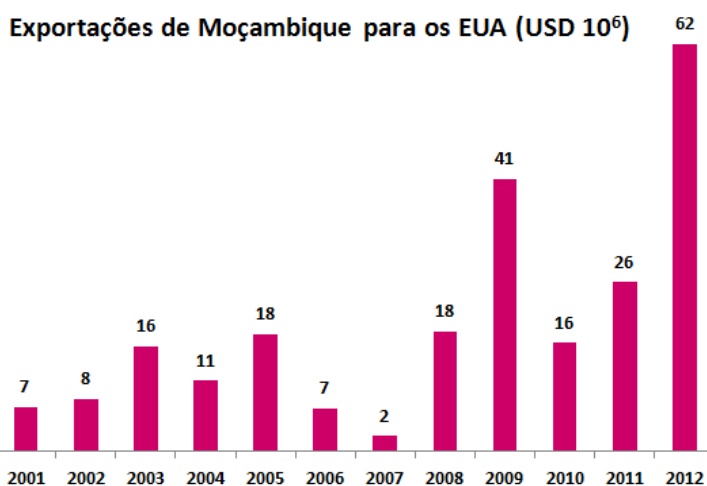


Fonte: International Trade Center (ITC)

Moçambique faz também parte do “Ato de Oportunidade e Crescimento Africano” (AGO) que consiste num acordo criado em Maio de 2000 entre os Estados Unidos da América e os países da África



Subsariana, de forma a melhorar as relações económicas entre as duas zonas. De acordo com o International Trade Center, as exportações moçambicanas para os EUA têm registado valores mais expressivos em anos mais recentes, atingindo os 62 milhões de dólares em 2012, correspondendo a um crescimento médio anual de 22% relativamente a 2001.



Fonte: International Trade Center (ITC)

Em Dezembro de 2013, no âmbito do setor agrícola, foi assinado o Pacote de Bali na 9ª Conferência Ministerial da OMS em Bali, na Indonésia. Este acordo comercial tem como objetivo reduzir as barreiras comerciais globais e poderá permitir, de acordo com o Peterson Institute for International Economics, criar uma atividade económica global da ordem de 1 bilião de dólares e diminuir o custo de conduzir negócios internacionais em 10% ou 15%. De uma forma geral, poderá haver uma melhoria do desempenho das exportações moçambicanas ao nível de produtos agrícolas como o milho e o arroz, para países deficitários desses produtos.

### 4.3.2. Serviços

Vários esforços têm sido feitos no sentido de permitir o desenvolvimento económico e melhorar a competitividade de Moçambique a nível regional e internacional. O governo moçambicano desenvolveu o “Plano Económico e Social 2014”, definindo os objetivos para 2014, nas mais diversas áreas nomeadamente os transportes e as comunicações, a educação e a saúde.

Relativamente aos transportes, o governo moçambicano pretende desenvolver sistemas de transportes interligados que sejam competitivos e atrativos de forma a promover o investimento no país. Para tal, define um conjunto de ações a serem tomadas, das quais se destacam:

- A reconstrução e expansão do Porto de Nacala (projeto financiado pelo governo japonês), podendo-o tornar num dos maiores portos da costa oriental de África e permitir melhorias nas trocas internacionais;
- A construção do terminal de carvão (Cais 13) no Porto da Beira;



- A construção da linha férrea de Macúzi, com um total de 514 Km de extensão;
- A conclusão da construção da linha férrea de Tete-Nacala via Maláui, com um total de 912 Km de extensão;
- A conclusão da construção do Aeroporto Internacional de Nacala.

Ao nível das comunicações, o governo moçambicano ambiciona desenvolver os serviços de correios e das telecomunicações, visando o acesso universal num ambiente competitivo. Pretende igualmente expandir a cobertura de rádio digital para algumas províncias e criar um Banco Postal de Moçambique, contribuindo para o desenvolvimento de uma melhor prestação de serviços financeiros, sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas de baixo rendimento.

De uma forma geral, espera-se um crescimento de 13,6% no setor dos transportes e comunicações, alimentado sobretudo pelo desenvolvimento dos transportes marítimo (73,4%) e ferroviário (36,5%).

Em temas de saúde, o “Plano Económico e Social para 2014” define diversos objetivos e um conjunto de ações direcionadas para cada um deles. De entre os objetivos, é de realçar:

- A promoção de igualdade no acesso aos cuidados de saúde, privilegiando a saúde da mulher, da criança e de outros grupos vulneráveis;
- A redução do impacto das grandes pandemias como a malária, a tuberculose, a SIDA e outras doenças e redução das taxas de malnutrição;
- A intensificação das ações de promoção de saúde e prevenção contra as doenças mortais ou geradores de incapacidade, doenças ligadas ao uso do tabaco, o cancro, a diabetes, ou outras doenças crónicas;
- Melhoria e expansão da rede sanitária por todo o país;
- Melhoria da gestão de recursos humanos, elevando o nível de humanização e qualidade dos serviços;

De uma forma geral, prevê-se que a despesa na área da saúde atinja os 9,1% da despesa total do Estado, em 2014, o que corresponde a um aumento de 0,3% comparativamente a 2013.

Ao nível educativo, Moçambique pretende assegurar que todas as crianças tenham a oportunidade de concluir a educação básica, através de, por exemplo, a contratação de novos professores e implementação de programas que visem a retenção dos alunos, visando um aumento da taxa líquida de escolarização. O governo pretende igualmente reduzir o analfabetismo, dando particular atenção às mulheres, e expandir quer o Ensino Secundário Geral, quer o acesso ao Ensino Superior, de forma a garantir a sua qualidade e sustentabilidade e fazer face às necessidades de desenvolvimento do país.

Numa perspetiva de internacionalização, têm sido vários os acordos estabelecidos entre as universidades portuguesas e as moçambicanas, de forma a fazer face à crescente necessidade de mão-





de-obra qualificada em Moçambique. Por exemplo, a NOVA School of Business and Economics criou a NOVA em Maputo, com o objetivo de formação profissional de altos quadros empresariais moçambicanos, procurando contribuir para o desenvolvimento do país.

De uma forma geral, o governo moçambicano prevê um total de 826 escolas que irão abrir ou introduzir novos níveis de ensino em Moçambique e ainda uma taxa de crescimento no número de escolas e alunos do Ensino Geral em, respetivamente, 5,3% e 3%. Estima-se que as despesas na educação corresponderão a 18,1% da despesa total do estado moçambicano, em 2014, um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2013.

Concluindo, prevê-se que o setor terciário mantenha a sua importância na economia moçambicana, esperando-se melhorias em todos os serviços, contribuindo para o desenvolvimento económico e melhoria em termos de competitividade a nível internacional.

#### **4.4. Turismo**

Para elevar Moçambique a destino turístico internacional, segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo os esforços do governo têm vindo a concentrar-se nas vertentes da integração regional, da identificação de mercados desenvolvidos com maior potencial financeiro e donde o afluxo de turistas ainda é reduzido, assim como na identificação de nichos de mercado selecionados por tipo de oferta de produtos e serviços.

Na primeira vertente destaca-se a importância do mercado sul-africano que tem uma população em termos relativos a outros países da África Austral mais propensa a viajar e a realizar despesas de lazer e de entretenimento. A África Austral tem vindo a testemunhar a criação de várias iniciativas transfronteiriças que fortalecem a cooperação regional e fornecem oportunidades para a conservação ecológica e desenvolvimento do turismo.

Na segunda vertente, Portugal apresenta-se como um mercado estratégico atendendo aos seus laços históricos e culturais com Moçambique. De entre os países desenvolvidos que são estratégicos para o crescimento do turismo destacam-se ainda França, Canadá, Austrália, Japão e Suíça que são tradicionalmente relevantes para a África do Sul; relação da qual o governo moçambicano pretende retirar sinergias. Como mercados secundários foram ainda identificados países como Itália, Espanha, Brasil, Arábia Saudita e os EAU.

Na última vertente destacam-se atividades que Moçambique oferece com vantagens competitivas relacionadas com a suas características naturais e culturais tais como (i) o mergulho, que na província de Inhambane se destaca pela diversidade de espécies marinhas, como tartarugas, golfinhos, raias e pela qualidade dos seus recifes de coral, (ii) a pesca de alto mar de espécies como o marlim, o atum e o agulhão, prática desportiva especialmente dirigida ao mercado regional e aos mercados internacionais de alto rendimento, (iii) a caça, com uma variedade de boas espécies no norte do país e que pode servir de catalisador de novas áreas como o turismo fotográfico, (iv) a observação de pássaros (a ornitofilia) em grande desenvolvimento no âmbito do ecoturismo, onde as áreas da montanha de Gorongosa e Panda, em Inhambane e as lagoas litorais em Bazaruto e no distrito de Matutuine são famosas entre os ornitólogos internacionais, (v) o ecoturismo na vertente do segmento de aventura, identificado na Travel and Tourism Analyst como estando em expansão, (vi) as viagens de cruzeiro que beneficiam de 2 700



km de litoral e muitas cidades históricas, (vii) atividades culturais, tirando partido de ícones, como a ilha de Moçambique, a cidade de Inhambane, assim como da variedade e qualidade da arquitetura, nomeadamente da Beira e de Maputo, assim como da música tradicional e contemporânea, (viii) e no turismo de luxo com incidência nas estâncias turísticas nas ilhas tropicais.

## 5. Relações económicas com Portugal

### 5.1. Relações Comerciais e de Investimento

#### 5.1.1. Comércio

De acordo com os dados apresentados pelo International Trade Center, Moçambique tem aumentado gradualmente o seu peso no comércio internacional com Portugal, especialmente enquanto cliente de Portugal. Em 2013, posicionou-se na 20ª posição do ranking, atingindo os 434 milhões de dólares, o que correspondeu um aumento de 17% em relação ao ano de 2012. Enquanto fornecedor de Portugal, o posicionamento moçambicano é pouco relevante, embora tenha registado em 2013 uma ligeira melhoria, atingindo o 58º lugar no ranking dos fornecedores de Portugal, o que corresponde a uma quota de 0,11%, a maior na última década de relações comerciais entre os dois países.

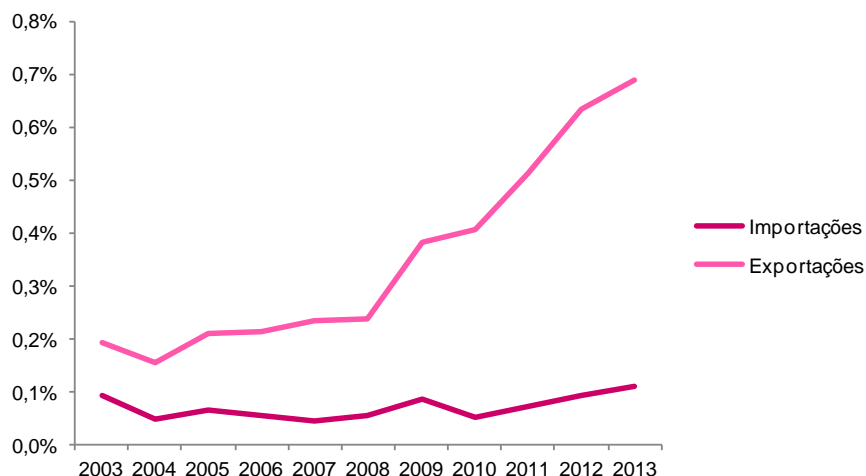
#### Importância de Moçambique nos fluxos comerciais de Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Como</b>	<b>USD 10<sup>6</sup></b>	43	32	39	36	35	49	60	39	58	67	83
<b>Fornecedor</b>	<b>Posição</b>	51º	70º	59º	65º	70º	65º	59º	69º	64º	65º	58º
<b>Como</b>	<b>USD 10<sup>6</sup></b>	61	68	80	92	121	133	166	198	302	370	434
<b>Cliente</b>	<b>Posição</b>	34º	36º	40º	39º	38º	39º	29º	30º	27º	23º	20º

Fonte: International Trade Center (ITC)



## Quota de Moçambique nas Exportações e Importações Portuguesas (%)



Fonte: International Trade Center (ITC)

Ao longo dos anos, Portugal tem desempenhado um papel relevante enquanto fornecedor de Moçambique e também como cliente embora tenha recuado substancialmente no ranking dos principais clientes de Moçambique.

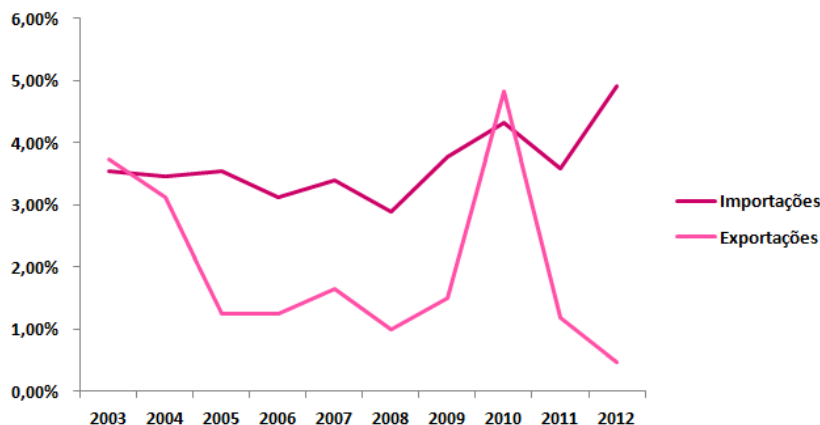
Em 2012, as importações moçambicanas de Portugal atingiram os 304 milhões de dólares, o que corresponde a um aumento de 35% em relação a 2011, colocando-o na 7ª posição do ranking com uma quota de mercado de quase 5%. Por outro lado, em 2012 Portugal representou apenas 0,47% do total das exportações moçambicanas, o que representa uma queda da quota em 4,36%, colocando Portugal na 20ª posição do ranking de clientes.

Importância de Portugal nos fluxos comerciais de Moçambique<sup>2</sup>

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Como Fornecedor</b>	<b>Como USD 10<sup>6</sup></b>	62	71	85	90	104	116	142	154	226	304
	<b>Posição</b>	4º	3º	5º	7º	5º	9º	5º	4º	7º	7º
<b>Como Cliente</b>	<b>Como USD 10<sup>6</sup></b>	39	47	22	30	40	26	32	108	43	16
	<b>Posição</b>	4º	5º	9º	8º	5º	9º	9º	3º	15º	20º

Fonte: International Trade Center (ITC)

<sup>2</sup> Os valores das exportações raramente estão alinhados com os valores das importações dos países parceiros por diversas razões apontadas pelo International Trade Center: diferenças nos sistemas de comércio usados pelos países, incluindo ou não o comércio feito nas zonas livres; discrepâncias resultantes do registo das importações e exportações no ano corrente ou ano seguinte; a confidencialidade do país pode ter um impacto direto nas discrepâncias totais se o valor do fluxo é publicado no comércio total e não é decomposto pelo país parceiro; a confidencialidade do produto pode afetar os resultados detalhados de uma mercadoria e, por outro lado, não ter qualquer impacto nas estatísticas gerais; os custos de transporte ou de seguros são contabilizados no valor das importações ("Cost Insurance Freight", CIF) mas são excluídos no valor das exportações ("Free On Board", FOB), etc.

**Quota de Portugal nas Exportações e Importações Moçambicanas (%)**

Fonte: International Trade Center (ITC)

A balança comercial luso-moçambicana é tipicamente favorável a Portugal, tendo registado um saldo de 303 milhões de euros em 2012 (o mais elevado na última década) que correspondeu a um aumento de 25% relativamente a 2011 e a um coeficiente de cobertura das importações de 551%.

**Evolução da Balança Comercial Bilateral (Fluxos Comerciais de Portugal)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Saldo (USD 10<sup>6</sup>)</b>	18	36	40	56	86	84	106	159	243	303
<b>Coeficiente de Cobertura</b>	141%	210%	203%	256%	344%	270%	278%	512%	516%	551%

Fonte: International Trade Center (ITC)

As relações comerciais entre Portugal e Moçambique têm vindo a intensificar-se ao longo dos anos graças ao bom desempenho das exportações portuguesas para Moçambique, que registaram um crescimento médio anual de 22%. De salientar que, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2012, um total de 2 677 empresas exportavam para Moçambique, um aumento de 1 361 empresas em comparação com o ano de 2008. Este aumento contribuiu para o crescimento das exportações portuguesas ao longo dos últimos anos.

**Número de empresas portuguesas exportadoras para Moçambique**

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Empresas</b>	1316	1378	1519	2044	2677

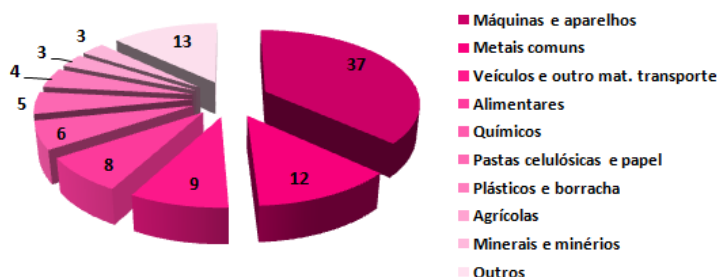
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

O grupo das máquinas e aparelhos tem sido dominante nas exportações portuguesas para Moçambique, tendo atingido os 120 milhões de dólares em 2013, correspondendo a 37% do total das exportações (um aumento de 11% em relação a 2012). O grupo dos metais comuns ocupa a 2ª posição, com 40 milhões de dólares (12%), seguindo-se os veículos e outros meios de transporte, com 28



milhões de dólares (9%), os produtos alimentares, com 25 milhões (8%) e os produtos químicos, com 20 milhões de dólares (6%).

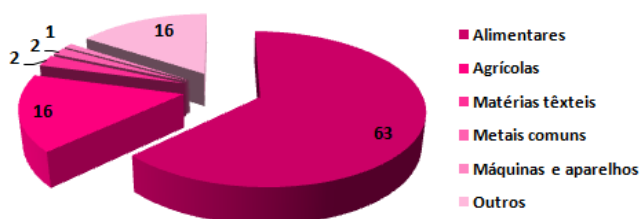
Principais Produtos Exportados para Moçambique em 2013 (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nos últimos anos, as importações oriundas de Moçambique têm sido essencialmente constituídas por produtos alimentares e agrícolas que no seu conjunto totalizaram 79,2% do total das importações em 2013. Destacam-se ainda, embora com menor peso, as matérias têxteis e os metais comuns que, respetivamente, corresponderam a sensivelmente 2% do total das importações.

Principais Produtos Importados de Moçambique em 2013 (%)

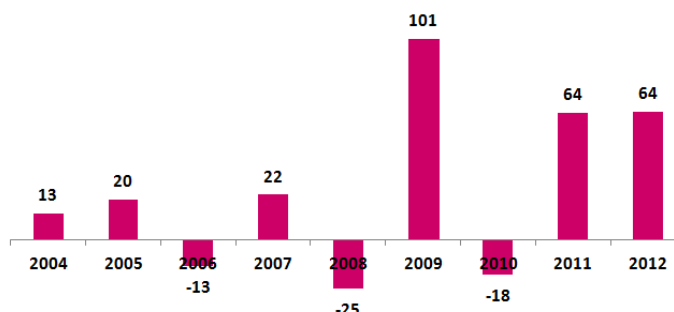


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Como se pode observar nos gráficos acima, os produtos importados de Moçambique são na sua maioria produtos de baixa intensidade tecnológica (produtos alimentares e agrícolas), enquanto nas exportações portuguesas para Moçambique, os produtos têm tendencialmente uma componente mais tecnológica.

### 5.1.2. Investimento

Dados apresentados pelo Banco de Moçambique indicam que Portugal registou cerca de 64 milhões de dólares de investimento líquido em Moçambique, em 2012, sensivelmente o mesmo valor de 2011. Tal investimento correspondeu a 1% do IDE total em Moçambique, posicionando Portugal no 12º lugar do ranking, uma descida de 5 posições relativamente a 2011. De 2004 a 2012, Portugal registou cerca de 229 milhões de dólares investidos em Moçambique, o que o colocou na 11ª posição do ranking dos maiores investidores durante estes nove anos.

IDE líquido de Portugal em Moçambique (USD 10<sup>6</sup>)

Fonte: Banco de Moçambique

De acordo com o Banco de Portugal, Moçambique registou valores de IDE em Portugal pouco significativos, atingindo um valor médio de aproximadamente 800 mil euros entre 2007 e 2013. Como era previsto, o investimento português em Moçambique é bastante superior ao investimento moçambicano em Portugal, justificado pela longa tradição das empresas portuguesas em Moçambique nas mais diversas áreas nomeadamente construção e atividades financeiras.

O InvestimoZ, Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, tem apoiado esta expansão desde abril de 2010, procurando promover o apoio ao investimento em Moçambique por parte de empresas portuguesas ou luso-moçambicanas. Gerido pela Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (SOFID), este fundo destina-se essencialmente ao financiamento de projetos nas áreas da energia, com destaque para as energias renováveis, do ambiente e das infraestruturas, procurando respeitar critérios de sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

### 5.1.3. Turismo

De acordo com os dados apresentados pelo Banco de Portugal, foi registado em Portugal um total de 25 milhões de euros em receitas provenientes de turistas moçambicanos no ano de 2013. Este crescimento de 97% em relação a 2012 posicionou Moçambique como o 26<sup>o</sup> país gerador de receitas turísticas em Portugal, com uma quota de 0,27% das receitas totais.

#### Turismo de Moçambique em Portugal

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas (EUR 10 <sup>6</sup> ) <sup>a</sup>	7,84	8,94	8,83	9,82	10,88	12,53	24,72
% Do Total <sup>b</sup>	0,11%	0,12%	0,13%	0,13%	0,13%	0,15%	0,27%
Posição <sup>c</sup>	32 <sup>o</sup>	31 <sup>o</sup>	30 <sup>o</sup>	29 <sup>o</sup>	30 <sup>o</sup>	27 <sup>o</sup>	26 <sup>o</sup>

Fonte: Banco de Portugal

<sup>(a)</sup> Inclui apenas hotelaria global

<sup>(b)</sup> Refere-se ao total de estrangeiros

<sup>(c)</sup> Num conjunto de 55 mercados

A presença de Portugal no turismo em Moçambique é essencialmente marcada pelos investimentos realizados pelas grandes cadeias hoteleiras de origem portuguesa nomeadamente o grupo Pestana, Visabeira, Teixeira Duarte e Tivoli. O governo português tem, igualmente, procurado facilitar os



encontros entre os investidores portugueses e os representantes moçambicanos, de forma a criar condições para o aumento do investimento em Moçambique e subseqüente redução da pobreza por via do aumento do emprego, e desenvolvimento económico do país.

## 5.2. Acordos Bilaterais de Cooperação

Dos principais acordos bilaterais de cooperação em vigor entre o governo moçambicano e o governo português destacam-se os seguintes:

### **Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique – Decreto-Lei nº 42/2010**

No quadro do processo de reversão da Hidroelétrica de Cahora Bassa, SARL, para a titularidade maioritária da República de Moçambique, concluído em 27 de Novembro de 2007, o Estado Português assumiu o compromisso de apoio ao investimento em Moçambique, por parte de empresas portuguesas, ou com a participação de empresas portuguesas, tendo para o efeito sido celebrado um Memorando de Entendimento entre ambos os governos tendente à criação de um Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, com o objetivo de promover o financiamento de projetos de investimento e de parcerias estratégicas, designadamente nas áreas da energia, em especial das energias renováveis, do ambiente e das infraestruturas, com respeito por critérios de sustentabilidade económica, financeira e ambiental. Através do presente decreto-lei é, assim, criado um Fundo que, para além de promover a cooperação e a solidariedade com Moçambique, proporciona inegáveis mais-valias para a economia e para as empresas portuguesas, uma vez que lhes faculta novas oportunidades de investimento em sectores económicos estruturantes do mercado moçambicano, nomeadamente nas áreas da energia, do ambiente e das infraestruturas. A presente iniciativa visa, então, mobilizar recursos financeiros para projetos de natureza variada, com contrapartida ao nível do maior envolvimento do tecido empresarial nacional, incluindo o exportador, na economia moçambicana, e com respeito pelas prioridades geográficas e sectoriais da cooperação portuguesa, nos termos definidos naquela resolução. Para o efeito, o Fundo será dotado com um capital correspondente ao contravalor em euros de 124 milhões de dólares americanos.

### **Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos – Decreto nº 13/1996 de 28 de maio**

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Moçambique, motivados em intensificar as relações de cooperação económica entre os dois Estados, reconheceram que a promoção e proteção recíproca de investimentos nos termos deste acordo contribuirão para estimular a iniciativa privada e incrementar o bem-estar de ambos os povos, criando condições favoráveis para a realização de investimentos provenientes de qualquer das partes contratantes no território da outra parte contratante na base da igualdade e do benefício mútuos.

### **Convenção entre a República Portuguesa e a República de Moçambique para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal – Resolução da Assembleia nº 36/92 e Resolução da Assembleia da República nº 36/2009**

A República Portuguesa e a República de Moçambique, para fomentar a suas relações económicas e culturais pretenderam eliminar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e



desenvolver a cooperação na área da fiscalidade. Esta convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para sua percepção. Os impostos em Portugal que constituem objeto desta convenção são: o IRS, o IRC e a derrama. Em Moçambique os impostos objeto desta convenção são: o imposto sobre o rendimento do trabalho, a contribuição industrial e o imposto complementar. A convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos atuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respetivas legislações fiscais. A Resolução da Assembleia da República nº 36/2009 revê a Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, nomeadamente no que respeita aos impostos visados de Moçambique que passam a ser o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRPS) e o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRPC).

Dos acordos que não estão em vigor destacam-se ainda:

O acordo de Cooperação entre a República portuguesa e a República de Moçambique no domínio do turismo – Decreto nº 14/2009 de 19 de maio

O acordo sobre Segurança Social – Decreto nº 19/2011 de 6 de dezembro

O acordo de cooperação no domínio da indústria – Decreto nº 38/93 de 28 de outubro

O protocolo de cooperação nas áreas do emprego, formação profissional, relações laborais e segurança social – Decreto nº 41/99 de 21 de outubro

### **5.3. Projetos Relevantes em Curso e Projetados**

Apesar de o volume de investimento aprovado tenha sido inferior ao da África do Sul e da China, Portugal tem desempenhado um papel significativo no investimento estrangeiro em Moçambique. Como referido anteriormente, Portugal foi o país com maior número de iniciativas em Moçambique aprovadas pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI), pelo que se torna evidente o interesse dos investidores portugueses no mercado moçambicano.

Moçambique tem procurado expandir a sua capacidade de geração de energia através da reabilitação de barragens hidroelétricas, nomeadamente a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) situada no rio Zambeze, na qual Portugal tem estado envolvido. Inicialmente, até 2006 esta era detida pelos Estados moçambicano e português com participações de, respetivamente, 18% e 82%. Atualmente, o Estado português não detém qualquer participação, tendo vendido os 15% que detinha em 2012 a uma empresa moçambicana (7,5%) e à empresa portuguesa de eletricidade REN (7,5%). A HCB constitui o maior produtor de eletricidade em Moçambique com uma capacidade superior a 2.000 megawatts, e que abastece Moçambique, a África do Sul, o Zimbabué e mais recentemente o Maláui.

A Portucel, no âmbito da expansão internacional, está neste momento a desenvolver um projeto de plantação de eucalipto em Moçambique que terminará com a construção de uma fábrica de produção de pasta de celulose com uma capacidade anual de 1,3 milhões de toneladas, num investimento de 2,3 mil milhões de dólares. Este projeto contará com o apoio da International Finance Corporation (IFC), organismo do Banco Mundial, com um financiamento de 1,7 mil milhões de euros. Para além de potenciar o desenvolvimento das operações em Moçambique, este contrato com o Banco Mundial





permitirá reforçar a sustentabilidade do projeto através de serviços de consultoria nas áreas de impacto ambiental e social e desenvolvimento das comunidades locais. Prevê-se que esta primeira fase abranja uma área de 60 mil hectares, podendo atingir os 356 mil hectares até 2026.

A Galp Energia anunciou igualmente em 2013 que irá participar num investimento estimado de 5 mil milhões de euros nos próximos 5 anos (num total também previsto de 37 mil milhões de euros) na exploração de GNL na província de Pemba. Como referido anteriormente, Moçambique poderá tornar-se no 4º maior exportador de GNL a nível mundial e portanto, este é um combustível que traz inúmeras oportunidades para as empresas estrangeiras, nomeadamente para a Galp que registou, em 2012, 1.680 milhões de metros cúbicos de GNL vendidos a países da Ásia, como o Japão, e da América Latina. Beneficiando de um potencial aproximado de cerca de 2 triliões de metros cúbicos de gás no país, a Galp pretende assegurar a oferta a países com maior procura esperada deste combustível.

A Cimpor tem expandido a sua presença em Moçambique, onde já opera desde 1994. Através da Cimentos de Moçambique, a Cimpor anunciou em 2013 que iria aumentar em 220 mil toneladas por ano a sua capacidade de moagem de cimento em Moçambique por meio de arrendamento de uma moagem, localizada junto à fábrica de Matola. Este projeto incluirá igualmente o fabrico de novos produtos, na tentativa de atender às novas necessidades dos clientes moçambicanos.

A Mota-Engil está envolvida na requalificação de trechos relevantes das linhas ferroviárias do corredor de Nacala e da linha do Sena, obras que implicam o orçamento de centenas de milhões de dólares. A conclusão destes projetos será crucial para o aumento da capacidade de exportação do carvão das Minas de Moatize.

Também a Soares da Costa, através da sua subsidiária Sociedade Construções Soares da Costa, veio anunciar em Janeiro de 2014, a sua participação no projeto da linha ferroviária de Nacala. Com a construção de quatro pontes, oito travessias e um investimento avaliado em 30,5 milhões de euros, a Soares da Costa pretende reforçar a sua presença em Moçambique, em especial na construção de infraestruturas necessárias ao transporte do carvão de Moatize.

Têm sido vários os projetos de investimento em Moçambique apoiados pelo fundo da SODIC, InvestimoZ, dos quais se destaca:

- A Premap é uma empresa de direito moçambicano detida pela empresa portuguesa Concrepax que se dedica à produção e distribuição de artefactos de cimento. Em 2012, a SOFID financiou com 400 mil euros, num total de 700 mil euros de investimento, a aquisição de duas unidades de produção móveis com o objetivo de aumentar a capacidade de produção;
- A Highest Moçambique é uma empresa de capitais portugueses no setor agroindustrial e avícola. Em 2012, a SOFID apoiou o projeto de produção de rações e criação e abate de frangos com uma garantia de 500 mil euros, em colaboração com o Millennium bim;
- A Prio Agricultura, empresa de direito moçambicano, produz matérias-primas (soja, girassol e milho) para a indústria agroalimentar. Com uma garantia de 75% ao financiamento de cerca de USD 2,3 milhões concedido pelo BCI, a SOFID apoiou em 2012 a aquisição de equipamento agrícola diverso e fatores de produção;



- A Construções JJR & Filhos, Moçambique Lda., empresa de direito moçambicano, dedica-se ao setor da construção civil e obras públicas, terraplanagens, drenagens, pavimentações e outras obras acessórias. Em 2012, a SOFID financiou a aquisição de equipamentos industriais e de transporte com 1 milhão de euros à empresa mãe do grupo em Portugal, num projeto que envolveu cerca de 6 milhões de dólares.

Também na área da banca, se tem verificado um crescente interesse no mercado moçambicano. O maior banco em Moçambique é o Millennium bim, controlado maioritariamente pelo Millennium bcp (66,7%). Existem igualmente participações portuguesas no BCI, Banco Único, Moza Banco, que juntamente com o Millennium bim, representam cerca de 70% de quota de mercado bancário em Moçambique.

Concluindo, tem sido evidente o interesse crescente no investimento em Moçambique, por parte das empresas portuguesas. De entre os setores com maiores oportunidades para Portugal destaca-se a energia, a construção civil, as obras públicas e a agricultura. Prevê-se que o investimento português em Moçambique continue a aumentar, justificado pela proximidade cultural e pela recente descoberta de recursos inexplorados.

## 6. Como reforçar a internacionalização do país e a cooperação de e com Portugal

### 6.1. Sistema financeiro

O desenvolvimento do sistema financeiro é um fator essencial à internacionalização de Moçambique não só na criação de condições para o investimento estrangeiro como na aproximação das empresas nacionais aos mercados internacionais nas vertentes de banca comercial, *trade finance* e banca de investimentos. Na prática a atuação da banca traduz-se tanto nas operações do dia-a-dia de pagamentos e recebimentos e apoio à gestão de tesouraria como na apresentação de soluções de financiamento de curto e médio prazo. Numa ótica de banca de investimento, para empresas de maior dimensão, esta presença traduz-se na avaliação de parcerias, de fusões e aquisições, de soluções de financiamento junto dos mercados internacionais e ainda na prestação de informação sobre o enquadramento jurídico e fiscal dos mercados alvo dos clientes assim como na identificação de oportunidades de negócio nos seus variados segmentos de mercado.

O sistema financeiro de Moçambique é composto por 18 bancos comerciais, um banco de investimento, 8 bancos de microfinanças, 7 cooperativas de crédito, 1 sociedade de locação financeira e 22 casas de câmbios. Entre os bancos comerciais destacam-se o Millennium bim, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI), o Standard Bank, o Barclays Bank, o Moza Banco, o Banco Único, o BancABC e o First National Bank (FNB). Três destes principais bancos são detidos na sua maioria por grupos financeiros ou empresariais portugueses. É o caso do Millennium bcp que participa maioritariamente no capital do Millennium bim, da Caixa Geral de Depósitos no BCI e do Grupo Amorim no Banco Único. Também o Moza Banco conta com capitais portugueses, a saber, do Banco Espírito Santo. Existe uma elevada concentração do sistema financeiro, com o Millennium bim, o BCI, o Standard Bank e o Barclays Bank a concentrar, em dezembro de 2013, 79% do crédito concedido e 82% dos depósitos.



No final de 2013, o Millennium bim detinha 157 sucursais, distribuídas por todas as regiões do país, e contava com cerca de 2 300 colaboradores. A sua base de 1 200 000 clientes permite-lhe ser líder de mercado com uma quota de cerca de 32% no crédito concedido e nos depósitos (em dezembro de 2013). É o banco que melhor está posicionado para apoiar empresas em expansão graças à qualidade e transversalidade dos seus produtos e serviços. O Millennium bim atua em todos os segmentos de banca de investimento, desde mercado de capitais a corporate finance.

### Quotas de mercado dos principais bancos comerciais a operar em Moçambique

#### Quotas de crédito (%)

Instituições	Janeiro 2013	Dezembro 2013
Millennium bim	32,9	31,8
BCI	30,6	28,9
Standard Bank	12,3	12,2
Barclays Bank	5,8	5,6
ABC	2,8	3,4
FNB	2,5	3,2
Banco Único (ÚNICO)	2,7	3,5
MozaBanco	4,2	5,4
Total	93,7	93,9

Fonte: Millennium bim

#### Quotas de depósitos (%)

Instituições	Janeiro 2013	Dezembro 2013
Millennium bim	30,8	31,3
BCI	29,4	28,2
Standard Bank	18,1	16,5
Barclays Bank	6,2	5,7
ABC	2,2	3,1
FNB	2,8	2,8
Banco Único (ÚNICO)	3,1	3,5
MozaBanco	3,4	5,5
Total	96,0	96,5

Fonte: Millennium bim

A generalidade dos bancos de referência que operam em Moçambique tem uma equipa de especialistas experientes no negócio internacional, com capacidade para apoiar as importações e as exportações, quer na vertente de financiamento, quer na vertente operacional, num enquadramento de elevada segurança na concretização das transações comerciais, através de instrumentos como:

- Ordens de pagamento sobre o estrangeiro
- Garantias bancárias
- Remessas e créditos documentários
- Operações de financiamento a importação e exportação



- Operações cambiais

Refira-se, a título de exemplo no âmbito do financiamento ao investimento das empresas, que o Millennium bim dispõe ainda duma linha de crédito no montante de 100 milhões de dólares para empresas que sejam clientes do Millennium bcp (Portugal) que estejam em processo de internacionalização para Moçambique através de projetos de investimento que sejam elegíveis nas suas mais diversas tipologias (greenfield, expansão, aquisição, otimização da estrutura de dívida). Ainda no âmbito desta linha de crédito, a modalidade do financiamento varia em função do montante a ser concedido.

## 6.2. Responsabilidade social das empresas portuguesas presentes em Moçambique

As empresas portuguesas em Moçambique têm vindo a desenvolver ações de apoio social por forma a melhorar as condições de vida da população e a mitigar graves insuficiências estruturais.

### Millennium bim

Criado em 2006, o Mais Moçambique pra Mim, é o programa de responsabilidade social do Millennium bim que visa o domínio da ação social focando-se onde pode fazer a diferença, levando a cabo um projeto meritório que sirva de exemplo para a sociedade civil, como algo positivo, útil e necessário. O Millennium bim pretende cativar, atrair e envolver no projeto todos aqueles que nele se revejam por forma a estimular nos moçambicanos a capacidade de realizar e de superar os seus projetos. As áreas de atuação são as seguintes:

- A educação porque o Millennium bim acredita que esta é a base para um desenvolvimento comunitário consistente. Este apoio tem-se traduzido através do desenvolvimento de projetos integrados, com ações que visam promover, apoiar e incentivar a educação, tanto a nível dos professores como dos estudantes.
- A prática desportiva constitui um dos principais pilares na formação dos mais jovens, ajudando-os a prepararem-se para os seus desafios futuros. Razão pela qual, o desporto é uma das grandes apostas do Millennium bim, que tem vindo a desenvolver e a apoiar muitas atividades desportivas, em prol da melhoria e da promoção do desporto nacional.
- O desenvolvimento comunitário, onde através da abertura de vários furos de água se pretende combater o flagelo da falta de água, contribuindo, deste modo, para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas zonas rurais do país.
- O contributo na área da saúde traduz-se no apoio à execução de projetos que possam contribuir para uma maior qualidade do sistema de saúde moçambicano, quer seja através de formações dirigidas a técnicos especializados na área, quer seja na dotação de serviços clínicos, ou ainda na oferta de instrumentos adequados ao diagnóstico e tratamento de variadas doenças.
- A cultura representa um país, o seu povo, é um fator de coesão e de identidade nacional. Através da música, do teatro, da dança, da pintura e de tantas outras manifestações culturais, está presente



a tradição e a história de todos os moçambicanos. O Millennium bim pretende contribuir para o apoio e promoção de manifestações de criação artística, através de iniciativas que promovem o progresso e formação das gerações vindouras.

- Implementar, construir e proporcionar a execução de projetos que vão de encontro ao bem-estar das comunidades, ajudando a suprimir um conjunto de necessidades sociais, é um dos eixos de atuação do Mais Moçambique pra Mim na vertente do desenvolvimento comunitário. Neste sentido, muitos tem sido os apoios dados as instituições de cariz social, escolas e comunidades nas várias províncias do país. A realização destas iniciativas possibilitam estabelecer novas parcerias com agentes sociais que reconhecem a importância do programa de responsabilidade social do Millennium bim, para o desenvolvimento social do país. Por esta razão, pretende-se continuar a abranger de forma gradual e sustentável todas as províncias de Moçambique.

Para além do caminho já percorrido, o Millennium bim pretende promover projetos estruturantes e de continuidade na área da responsabilidade social, para os quais conta com a participação de parceiros, no sentido de criar sinergias, tornando aquele que seria um projeto individual num projeto comum, onde todos têm o seu lugar, tornando cada ação num projeto mais coeso.

O Banco reafirma o seu compromisso com a implementação dos princípios da Iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas no que concerne aos Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente, assim como o seu apoio na implementação dos objetivos do FEMA - Fórum Empresarial para o Meio Ambiente.

#### **Grupo Mota-Engil**

No âmbito do voluntariado universitário e em apoio à Associação WAY – We And You, a TESE – Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação – desenvolve um conjunto de ações de desenvolvimento multidisciplinar em Moçambique, particularmente na Ilha de Moçambique, de que se destacam a construção e manutenção de uma escola.

O Grupo Mota-Engil apoiou este projeto numa área fundamental do domínio da ajuda ao desenvolvimento e de estímulo ao trabalho voluntário.

#### **Galp Energia**

A Galp Energia, presente em Moçambique desde 1957, desenvolve ações de apoio social às populações locais com a preocupação de contribuir para o desenvolvimento do território, para a melhoria das condições de vida e para a segurança alimentar, muitas vezes ameaçada por condições climáticas adversas. Das ações desenvolvidas até março de 2012 destacaram-se:

- A reconstrução e ampliação da Escola Primária 1 de Junho (na povoação da Companhia do Búzi), que possibilitou, a cerca de mil crianças da região, o acesso a instalações adequadas ao seu desenvolvimento pedagógico;
- O financiamento de 35 computadores de secretária e um projetor multimédia para a sala de informática da Escola Secundária Eduardo Mondlane (no Chimoio). Em colaboração com a



Fundação Microsoft, os mais de 3 mil alunos desta Escola de Ensino Secundário dispõem agora de acesso privilegiado a novas tecnologias de comunicação;

- A instalação de uma Estação Meteorológica Automática nas instalações da Galp Energia em Moçambique, para apoio à condução das plantações em curso (um sistema de registo e disponibilização online das principais variáveis meteorológicas que permite veicular essa informação pelo Instituto de Gestão de Calamidades e pelo Instituto Nacional de Meteorologia, conduzindo a uma melhoria da capacidade previsional de calamidades por estas autoridades);
- A assinatura de Protocolo com a Escola de Ensino Técnico-Profissional Agrário do Chimoio, que visa promover o aumento do conhecimento e a troca de experiências de natureza técnico – profissional sobre a cultura da Jatropha e dos biocombustíveis em geral. No âmbito do referido protocolo, foram concedidos estágios a alunos finalistas e organizadas palestras;
- A atribuição de bolsas de estudo através do Memorando de Entendimento com a Universidade Eduardo Mondlane.

A Galp Energia tem desde o início uma orientação de proteção dos seus trabalhadores e famílias da insegurança alimentar, sendo regra a plantação de áreas específicas para a produção de produtos alimentares em consociação com os seus trabalhadores que habitam na envolvente do projeto. Assim, ao longo de 2010 foi plantada uma área de cerca 80 hectares de milho, cujas sementes moídas constituem a base da alimentação da população local.

#### **Grupo Visabeira**

O Grupo Visabeira, no âmbito da sua política de responsabilidade social, cofinanciou em 2013 as “Escolinhas Comunitárias do Niassa”, um projeto de educação pré-escolar da ONG Leigos para o Desenvolvimento, em parceria com a Diocese de Lichinha-Niassa, no norte de Moçambique.

Esta ação filantrópica permitiu o acesso ao ensino pré-escolar a mais de 330 crianças das zonas rurais, o acesso a formação pedagógica a 30 monitores, e a formação a 200 mulheres nas temáticas da higiene e da saúde infantil. Ao mesmo tempo, mais de 3 dezenas de organizações de primeira infância da província realizaram trabalho em conjunto e em rede no 1º Fórum Provincial para aquele grau de ensino.

A ONG Leigos para o Desenvolvimento pretende continuar a capacitação dos recursos humanos do projeto para garantir um funcionamento cada vez com melhor qualidade do ensino lecionado às mais de 300 crianças beneficiárias, e a construção em alvenaria de mais uma escolinha, no distrito de Cuamba.



## Conclusões

Apesar do caminho já percorrido por Moçambique, muitos desafios sobejam até que a economia moçambicana atinja os patamares de desenvolvimento almejados.

No âmbito da expansão das infraestruturas que na esfera das acessibilidades ainda se revela débil, a melhoria da rede rodoviária e ferroviária deverá, não só desempenhar um papel fundamental no potencial de crescimento da economia, através do escoamento da produção agrícola, das indústria extrativa e transformadora e do turismo, como promover a aproximação da população rural (mais pobre e vulnerável) aos centros urbanos, podendo assim contribuir para reduzir o desequilíbrio no acesso da população moçambicana a bens e serviços essenciais, quer no domínio social, quer no económico.

Numa ótica de longo prazo será desejável que o desenvolvimento das infraestruturas, que se tem revelado uma fonte de crescimento acelerado, mas não sustentável, da economia tenha efeitos no desenvolvimento dos restantes setores de atividade, em especial nos serviços ainda com pouco peso na repartição sectorial da economia, atrás da agricultura e da indústria. Os serviços financeiros, que têm exibido ritmos de expansão robustos, ainda apresentam um grande potencial de crescimento à luz do processo de progressiva bancarização em curso. O desenvolvimento do setor financeiro deverá continuar a atrair o investimento estrangeiro, necessário ao financiamento que decorre dos megaprojetos e de toda a atividade a eles associados.

Outra vertente de desenvolvimento no contexto doméstico está inevitavelmente associada a um maior grau de qualificação da população, não só no que respeita ao ensino básico e secundário, como às qualificações superiores. Este esforço, que se enquadra no combate à pobreza, contribui para a formação de especialistas que estejam adaptados às necessidades económicas do país.

Na vertente internacional, atendendo ao peso significativo da agricultura na estrutura sectorial do PIB que não tem paralelo na composição das exportações moçambicanas, sobressai que um dos desafios para a economia moçambicana reside no crescimento das exportações de produtos agrícolas que deverão tirar partido de vantagens competitivas no mercado internacional, nomeadamente face aos países considerados desenvolvidos. Ainda na esfera comercial, e atendendo à forte dependência da importação de bens transformados, destacamos a importância para a economia moçambicana do aprofundamento da cadeia de valor acrescentado do produto por forma a aumentar os cronicamente reduzidos termos de troca.



**MOÇAMBIQUE**

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Page 80 of 80

**O MILLENNIUM BCP APOIA OS SEUS CLIENTES COM PRESENÇA FÍSICA RELEVANTE NOS MERCADOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA.**

**PORTUGAL  
MILLENNIUM BCP**

**International Business Platform**

Av. Prof Dr. Cavaco Silva, Tagus Park, Ed 2 Piso 1 C  
2744-002 Porto Salvo

[ibp@millenniumbcp.pt](mailto:ibp@millenniumbcp.pt)

Tel: +351 211131780

**Direção de Marketing – Produtos de Empresas**

Av. Prof Dr. Cavaco Silva, Tagus Park, Ed 3 Piso 1 A  
2744-002 Porto Salvo

[dm.empresas@millenniumbcp.pt](mailto:dm.empresas@millenniumbcp.pt)

Tel. + 351 211135576

**Millennium**  
bcp

**SUCURSAL DE MACAU**

José Pãosinho

[jose.paosinho@millenniumbcp.pt](mailto:jose.paosinho@millenniumbcp.pt)

[mbcpmacau@millenniumbcp.pt](mailto:mbcpmacau@millenniumbcp.pt)

Tel: +853 287 86769

Swift: BCOMMOMX

**ANGOLA**

**BANCO MILLENNIUM ANGOLA**

Av. Lenine, 55

Luanda

Luís Baptista, Diretor Coordenador

**Direção de Tesouraria & Trade Finance**

[luis.baptista@millenniumangola.ao](mailto:luis.baptista@millenniumangola.ao)

Tel: +244 222 632 413

Swift: BCOMAOLU

**Millennium**  
Angola

**MOÇAMBIQUE**

**MILLENNIUM BIM**

Rua dos Desportistas, nº 873-879

Maputo

Clara Mendes Furtado

**Responsável, Trade Finance**

[mfurtado@millenniumbim.co.mz](mailto:mfurtado@millenniumbim.co.mz)

Tel: +258 213 54815

Swift: BIMOMZMX

**Millennium**  
bim

**POLÓNIA**

**BANK MILLENNIUM**

Al.Jerozolimskie, 123A

Warszawa 02-017

Contacto: Mário Silva

Iberian Desk

[Mario.silva@bankmillennium.pl](mailto:Mario.silva@bankmillennium.pl)

Tel: +48 225 982 525

Swift: BIGBPLPW

**Millennium**  
bank